

CARLOS ALBERTO CURY HARFUCH

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDITORIAIS DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (EDUEL) E DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (EDUEM)**

Maringá  
2014

CARLOS ALBERTO CURY HARFUCH

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDITORIAIS DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (EDUEL) E DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (EDUEM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes

Maringá  
2014

CARLOS ALBERTO CURY HARFUCH

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDITORIAIS DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (EDUEL) E DA EDITORA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (EDUEM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes  
Universidade Estadual de Maringá (Orientador)

---

Prof. Dr. Geovânio Edervaldo Rossato  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Nelson Piletti  
Universidade de São Paulo – USP

Maringá  
2014

## **Um Estudo Sobre As Políticas Editoriais Da Editora Da Universidade Estadual De Londrina (EDUEL) E Da Editora Da Universidade Estadual De Maringá (EDUEM).**

### **RESUMO**

O papel de uma editora universitária pública no Brasil suplanta os limites do campo e atinge dimensões que exigem a formação de uma política eficaz, que permita a ela o desenvolvimento pleno de sua autonomia. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe a investigação do *modus operandi* de duas editoras universitárias paranaenses, EDUEL (Editora da Universidade Estadual de Londrina) e EDUEM (Editora da Universidade Estadual e Maringá), a fim de captar com mais acuidade os desafios que a editora universitária pública enfrenta para consolidar-se no mercado editorial e conquistar sua autonomia. Para tanto, optou-se por efetuar entrevistas com atuais diretores e ex-dirigentes de ambas as editoras, além de Leilah Santiago Bufrem, no intuito de identificar não só as dificuldades, mas também os avanços alcançados nesse sentido. Como embasamento teórico para esta pesquisa de campo, toma-se a priori a Teoria de Campo de Bourdieu e a análise da atividade e atuação da editora pública no Paraná constante na obra de Leilah Santiago Bufrem. Metodologicamente, a pesquisa está dividida em três capítulos, cujo fio condutor se inicia na teoria desses dois pensadores, segue com o aparato do material fornecido pelas duas instituições públicas em questão (sites e estatutos) e culmina na análise das entrevistas propriamente ditas. Enfim, o levantamento dos aspectos pertinentes levantados pelos entrevistados permite que se ofereçam sugestões para a formulação de políticas públicas para o setor.

**Palavras-chave:** EDUEL. EDUEM. Autonomia. Políticas Editoriais. Políticas Públicas.

## **A Study About The Editorial Policies Of the Londrina State University Press (EDUEL) and the Maringá State University Press (EDUEM).**

### **ABSTRACT**

The role of a public university press in Brazil surpasses the boundaries of the field and reaches dimensions that require the formation of an effective policy to enable it to fully develop its autonomy. Thus, this research proposes to investigate the modus operandi of two university presses from Paraná, EDUEL (Londrina State University Press) and EDUEM (Maringá State University Press) in order to capture more acutely the challenges that the public university press faces to consolidate itself in publishing and conquer their autonomy. To this end, we chose to perform interviews with current directors and former directors of both publishers, and Leilah Bufrem Santiago, in order to identify not only the difficulties but also the progress made in this direction. As a theoretical basis for this field research, it becomes a priori the Field Theory of Bourdieu and analysis of the activity and performance of public publisher in Paraná constant in the work of Leilah Santiago Bufrem. Methodologically, the research is divided into three chapters, which guiding thread starts in the theory of these two thinkers, follows with the apparatus of the material provided by both public institutions concerned (sites and statutes), and culminates in the analysis of the interviews themselves. Finally, the survey of the relevant issues raised by those interviewed allows the offer of suggestions for the formulation of public policies for the sector.

**Keywords:** EDUEL. EDUEM. Autonomy. Editorials policies. Public Policy.

## SIGLAS

ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APMG	Academia Policial Militar do Guatupê
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EDITORAUFR	Editora da Universidade Federal do Paraná
EDUEL	Editora da Universidade Estadual de Londrina
EDUEM	Editora da Universidade Estadual de Maringá
EDUEPG	Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa
EDUNIOESTE	Editora e Gráfica Universitária
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EMBAP	Escola de Música e Belas Artes do Paraná
FAFIPA	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí
FAFIPAR	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
FAFIUV	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória
FAP	Faculdade de Artes do Paraná
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
IES/PR	Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná
ISBN	<i>International Standart Book Number</i>
MEC	Ministério da Educação
PROED	Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SETI	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNEU	Seminário Nacional de Editoras Universitárias
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I - EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO CAMPO UNIVERSITÁRIO</b> .....	<b>16</b>
<b>1.1 Campo universitário público estadual no Paraná, com ênfase para a UEL e UEM</b> .....	<b>17</b>
1.1.1 Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.....	19
1.1.2 Universidade Estadual do Oeste - UNIOESTE .....	20
1.1.3 Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO .....	21
<b>1.2 Londrina, Maringá e suas universidades públicas</b> .....	<b>21</b>
1.2.1 Universidade Estadual de Londrina - UEL.....	22
1.2.1.1 Editora da Universidade Estadual de Londrina - EDUEL.....	23
1.2.2 Universidade Estadual de Maringá - UEM.....	24
<b>CAPÍTULO II – EDUEL E EDUEM, AS EDITORAS EM ESTUDO</b> .....	<b>30</b>
<b>2.1 Campo editorial universitário no Brasil</b> .....	<b>31</b>
<b>2.2 EDUEL e EDUEM, o contraponto de dois importantes agentes do campo editorial universitário paranaense, baseados no Norte do Paraná</b>	<b>39</b>
2.2.1 EDUEL e EDUEM - Gênese e estrutura atual .....	41
<b>CAPÍTULO III - EDUEL E EDUEM: VISÃO E AÇÃO CULTURAL NO CAMPO (AS ENTREVISTAS)</b> .....	<b>46</b>
<b>3.1 A autonomia da editora pública universitária</b> .....	<b>50</b>
3.1.1 A relação com os órgãos de fomento .....	53
3.1.2 O efeito "Qualis" na produção acadêmica .....	58
3.1.3 A comercialização de livros .....	62
3.1.4 O gargalo da Nota Fiscal .....	69
3.1.5 A internacionalização da produção científica.....	72
3.1.6 O impasse entre revistas e livros.....	76
3.1.7 A organização e a estrutura da editora universitária.....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil, com uma população próxima ao número de 200 milhões de habitantes, tem a maior produção editorial da América Latina e é responsável por mais da metade dos livros editados no continente. Com uma indústria editorial bem sucedida, apesar de uma trajetória que se iniciou tardiamente no século XIX, chegou ao novo milênio vindo consolidada essa indústria, notadamente no que diz respeito à qualidade gráfico-editorial.

Segundo Rosa (2006), ainda há razoável número de editoras em atividade – 530 editoras concentradas nas regiões Sul e Sudeste, segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), e 114 editoras universitárias, conforme dados da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), e um mercado potencial que tem despertado a cobiça dos grandes grupos editoriais estrangeiros.

Entre essas editoras universitárias destacam-se editoras públicas que têm desempenhado tarefa importante no contexto de Estado do Paraná; cada qual com sua característica e política editorial própria. Entre elas: a EDUEL e a EDUEM, sobre as quais se manteve o foco principal da pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação.

Atualmente elas estão entre as principais editoras universitárias públicas estaduais do Paraná, sendo que a EDUEL – Editora da Universidade Estadual de Londrina, publica livros de caráter técnico-científico (original ou tradução), destinados ao público acadêmico (graduação, pós-graduação e pesquisadores



em geral<sup>1</sup>); enquanto a EDUEM – Editora da Universidade Estadual de Maringá, publica livros e coleções científicas, técnicas e didáticas, com conteúdo produzido pela própria Universidade ou colaboração/coedição.

A EDUEM também publica e distribui a Revista *Acta Scientiarum*, que divulga a produção científica de pesquisadores que atuam dentro e fora da Universidade Estadual de Maringá; e a *Coleção Fundamentum*, composta por livros-texto, criados pelos docentes da UEM e concebida para oferecer material de qualidade e baixo custo aos universitários, como material complementar em sala de aula, segundo consta no site da EDUEM<sup>2</sup>.

O quadro editorial universitário paranaense se apresenta conforme a seguinte realidade: algumas editoras universitárias públicas no Paraná tiveram sua origem em pequenos parques gráficos, outras foram criadas independentemente desses serviços e imprensas, pois já surgiram como editoras, núcleos ou projetos editoriais. Outras ainda foram simplesmente anexadas a esses projetos, vinculadas a um órgão como um serviço ou assessoria de comunicação, ou mesmo a uma pró-reitoria. Sem mencionar as que passaram a ser vinculadas à própria imprensa da universidade.

Quanto ao desenvolvimento da universidade pública paranaense, segundo Bufrem (2001), desde 1979 elas promoveram modificações substanciais na sua estrutura, nos seus programas de publicações, obedecendo a maior rigor científico em relação ao conteúdo e ao aperfeiçoamento gráfico. A atividade, aliás, vinha reclamando inovações, de modo especial no que se refere à distribuição. Também foram significativas as

---

<sup>1</sup> A EDUEL não publica literatura (poesia, romance, novela, peça teatral), livros de autoajuda, anais de eventos, revistas e textos apostilados.

<sup>2</sup> Disponível em: <www.uem.br >. Acesso em: 18 ago. 2013.

medidas tomadas para a constituição das comissões ou conselhos editoriais, formados, em geral, pelos professores ou pesquisadores da própria instituição, normalmente pessoas de grande saber ou com autoridade no contexto do saber no país.

O fato é que cada vez mais a universidade pública no Paraná se dá conta de que a atividade editorial acadêmica é, antes de tudo, parte constitutiva da maturidade intelectual da instituição. Este pensamento, que se fortaleceu nos últimos anos, também evidencia que não basta publicar, mas também divulgar e fazer chegar o livro às mãos do leitor, disseminando conhecimento, fazendo do livro e da revista, produzidos pela Universidade, parte integrante da vida do profissional que, mais do que nunca, precisa de formação contínua e abrangente.

Para José Castilho Marques (2012), as editoras universitárias públicas no Paraná estão se aproximando cada vez mais do lugar já ocupado por diversas universidades brasileiras de renome: ser um forte elo entre a produção acadêmica e a sociedade. Elas têm procurado incentivar o diálogo entre os acadêmicos, até porque necessário se faz, nos tempos em que impera a comunicação virtual, que a universidade tenha uma editora voltada também a esse universo. Além de promover a circulação de ideias entre a comunidade científica, a editora universitária paranaense hoje dialoga com uma imensa gama de leitores que buscam, no saber acadêmico, a fonte para o aperfeiçoamento da profissão e, por que não, para entender melhor o mundo contemporâneo.

A SETI – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, em nível de Governo do Estado, coordena o sistema de Ensino Superior do Paraná, tanto na questão orçamentária quanto na distribuição de verbas. Atualmente seus

principais programas são: Universidade Sem Fronteiras; Reestruturação do Sistema Público de Ensino Superior e Redes de Pesquisa e Inovação.

Sobre o campo editorial propriamente dito, é importante ressaltar que a atividade editorial no Brasil tem uma importância que ultrapassa seu limitado papel econômico, porque é essencial à vida cultural, científica e educacional, tanto na sua estratégia de desenvolvimento, quanto de manutenção de sua autonomia e independência, que engloba o aspecto político-cultural.

A produção de livros evidencia de maneira direta a cultura, a história e os interesses de uma nação ou de um povo; e isso é algo que não pode ser transferido a terceiros, pois é uma parte vital de uma cultura. Nesse sentido, a atividade editorial é diferente, e justamente por isso merece consideração especial, sobretudo num país de dimensões continentais como o Brasil.

A hipótese que orientou esta dissertação é a de que as editoras das IES/PR não têm a devida clareza do que significa “política editorial”. De qualquer forma, todas elas procuram “tatear” uma, muito mais com os objetivos que pretendem buscar, que propriamente na clareza mesma do que proponha o conceito. De modo geral, as editoras buscam executar a “política” por meio dos sites divulgando o que publicam, ou deveriam publicar: obras em formato de revistas ou livros, conforme a opção de cada uma, ligadas à academia nos setores cultural, artístico e científico, produzidas nos próprios *campi* ou em outros.

Outros questionamentos que nortearam essa hipótese são: elas têm a devida clareza do campo cultural, acadêmico, artístico e científico em que estão inseridas, e como deveriam atuar, não só no próprio campo como também fora dele? Que promessas pretendem para si mesmas, para seus

autores e para o campo em que estão inseridas, desenvolvendo criativamente novos meios de criação e divulgação dos seus trabalhos?

Sob essa perspectiva, portanto, destaca-se que esta dissertação possui relevância, em primeiro lugar, porque não há estudos sistemáticos nas IES paranaenses voltados para o campo editorial e acadêmico, cultural, artístico e científico em que se inserem. De fato, esse tema carece de um maior número de referências, tanto bibliográficas quanto oriundas de outras fontes, abrindo caminho para novas pesquisas, que podem contribuir para o desenvolvimento de massa crítica para a área, com o objetivo de desenvolver o setor, qualificando melhor os agentes inseridos nos campos aqui referidos.

É por esse motivo que o presente trabalho visou, em linhas gerais, com base das experiências da EDUEL e EDUEM, pesquisar o campo das Editoras das IES/PR, para contribuir para a formulação de políticas públicas para o setor editorial paranaense. Dentro dessa perspectiva, manteve-se como intento alcançar três frentes de pesquisa: 1) fazer um estudo sistemático da situação das editoras das IES/PR, pesquisando o que elas entendem por política das editoras universitárias públicas paranaenses (IES-PR), baseando este estudo em EDUEL e EDUEM; 2) analisar, a partir do contexto de cultura e pesquisa, o papel das editoras das IES/PR; 3) contribuir para o aprimoramento e a formação de editoras para as IES/PR, bem como para a formação do leitor.

Os estudos teóricos se basearam na teoria do campo de Bourdieu e do campo editorial no Estado do Paraná, ancorados, sobretudo, na literatura disponibilizada por Pierre Bourdieu e Leilah Bufrem. Dentre os principais livros contemplados na revisão bibliográfica está a obra *Editoras Universitárias no Brasil*, de Leilah Santiago Bufrem, que é uma análise da atividade das editoras

universitárias acadêmicas, apoiada na noção de campo de produção cultural de Bourdieu, que mostra as características que as distinguem como geradoras de um tipo específico de valor cultural.

Leilah Bufrem estuda o contexto em que surgiram e se estabeleceram as editoras universitárias, que hoje ocupam um lugar significativo no setor editorial brasileiro. Dentre as tendências observáveis na atuação dessas editoras, destacam-se a construção de padrões próprios de produção e a busca de reconhecimento de seu papel cultural. As relações entre as editoras – em sua maioria de caráter público – e as instituições de ensino a que estão ligadas também são tratadas aqui.

Este é o ponto de partida para a apresentação de propostas para uma política editorial universitária atualizada, que segue com a obra *As regras da arte* de Pierre Bourdieu, publicada em 1992, na França. Esse livro que tem por subtítulo *Gênese e estrutura do campo literário*, cuja definição sugere o que poderia ser uma ciência das obras culturais, construída em oposição aos postulados clássicos da crítica literária, da história da literatura, da história da arte. A teoria de Bourdieu baseia-se na figura do criador "incriado", ou seja, na ideia de que cada obra possui uma singularidade irreduzível, na imediatez supostamente compartilhada da experiência estética ou na ideia de que há uma disposição universal ao juízo estético.

A perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu possibilita estudar as relações que podem estar visíveis nas formas de coexistência, de sociabilidade, ou de relações entre agentes, ou ainda de relações mais abstratas, estruturais, que organizam o campo — conceito essencial, nesse sentido — da produção estética, filosófica, cultural, em momento e lugar dados.

Os campos, segundo Bourdieu, têm suas próprias regras: princípios e hierarquias definidos a partir dos conflitos e das tensões, no que diz respeito à sua própria delimitação, e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os agentes sociais que são seus membros. Em *As regras da arte* a ideia do pensamento relacional permite, ao mesmo tempo, repelir a ideia do indivíduo isolado, do gênio singular e também de uma universalidade das categorias, que espontaneamente se utilizam para pensar, discutir, qualificar as obras intelectuais ou estéticas.

Enfim, a pesquisa abarcou também a dissertação de Carina Cristina do Nascimento, *Editoras universitárias e as novas oportunidades de comunicação* (2009)<sup>3</sup>, que apresenta análises de oportunidades de comunicação por meio do conteúdo de mensagem das quartas-capas de livros de editoras universitárias, com o objetivo de avaliar o conteúdo desses elementos como fatores que influem na decisão de compra.

Na teoria de Bourdieu o trabalho estabelecerá os pilares do seu referencial teórico, para a compreensão do campo literário e o que representa o jogo de poder gerado, dentro e fora do campo. Através da pesquisa realizada por Bufrem, se buscou o estabelecimento dos pilares da aplicação, baseados na realidade das editoras brasileiras, com enfoque no campo das editoras universitárias. E ainda, a partir dessas obras e da dissertação de Carina Cristina do Nascimento *Editoras universitárias e as novas oportunidades de comunicação* (2009), foram discutidas as dificuldades e limitações que as editoras universitárias têm para distribuir e

---

<sup>3</sup> Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, área de Concentração Interfaces Sociais da Comunicação, Linha de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Leandro Leonardo Batista.

comercializar suas obras e as estratégias desenvolvidas nesse sentido para se atingir melhores patamares de divulgação e vendas.

Estabelecidos os pilares teóricos e devidamente aplicados, foi então possível definir o que é política editorial de uma editora universitária, abrindo-se possibilidades mais claras, objetivas e focadas para a formulação de políticas públicas para o campo das editoras universitárias públicas do Paraná. Com base na pesquisa bibliográfica foram realizadas entrevistas com profissionais envolvidos no setor editorial da universidade pública, tais como: Leilah Santiago Bufrem; a atual diretora da Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL); a editora-chefe da Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM); além de mais quatro ex-dirigentes (dois da EDUEL e dois da EDUEM), selecionados a partir de suas contribuições para a consolidação das Editoras Universitárias em estudo. As entrevistas foram realizadas com um roteiro previamente elaborado, gravadas e transcritas na íntegra, e em seguida analisadas para selecionarmos os aspectos sobre os quais realizamos a interpretação e a discussão dos depoimentos, com ampla liberdade para que os entrevistados expusessem suas impressões relacionadas ao cotidiano das editoras em questão.

Em suma, este trabalho contemplou ainda uma reflexão crítica sobre as universidades brasileiras, no que diz respeito ao contexto da sua criação, pois muitas delas foram geradas no período da ditadura militar de 1964. Processo este de reforma, determinado pelo decreto-lei nº 5540, de 1968 (BUFREM, 2001), que viabilizou a junção de faculdades isoladas para a criação de novas universidades, interferindo também nas editoras universitárias.

A pesquisa trouxe o *corpus* abarcado em três momentos distintos, que juntos, perfazem a trajetória das editoras universitárias paranaenses numa

perspectiva crítica. Para tanto, partem do panorama geral das editoras universitárias no Brasil, passam pelas editoras paranaenses desse mesmo gênero e desembocam na perspectiva de diretores e ex-diretores dessas mesmas editoras, a fim de captar um panorama mais condizente com a realidade dessas instituições no país.

O primeiro capítulo contemplou um detalhamento histórico para a melhor compreensão da situação inicial em que as editoras de caráter universitário surgem no Brasil, sob essa perspectiva, busca-se situar, num primeiro momento, as editoras do Paraná, em especial EDUEL e EDUEM, nesse contexto.

Já o segundo capítulo apresentou as particularidades tanto da EDUEL quanto da EDUEM, no que diz respeito às políticas públicas adotadas por ambas, bem como suas dificuldades e limitações diante de problemas que lhe são comuns, como por exemplo: emissão de Nota Fiscal, divulgação eficaz na venda de livros, entre outros.

Enfim, o terceiro capítulo contemplou a análise de entrevistas realizadas com Leilah Bufrem, além dos dirigentes e ex-dirigentes das editoras das universidades em questão, EDUEL e EDUEM, à luz da teoria de campo de Bourdieu, no intuito de detectar a proposta máxima dessa pesquisa: verificar as políticas públicas adotadas pelas editoras universitárias do Paraná, bem como o modo como elas se modulam no contexto editorial brasileiro.

Mediante esse levantamento bibliográfico e as entrevistas executadas, procurou-se, enfim, nas considerações finais, indicar algumas premissas que podem contribuir para a formulação de uma política editorial das Editoras Universitárias das IES paranaenses.



## CAPÍTULO I – EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO CAMPO UNIVERSITÁRIO

Para contextualizar o conceito de “editora pública universitária” no Brasil e o que isso representa, é necessário conhecer, mesmo que de forma simbólica, a gênese do campo universitário brasileiro nesses últimos cem anos, interpolado que está ao campo científico do país, e como atualmente esses campos estão estruturados e interagem.

O campo universitário se formou pela criação das primeiras universidades públicas, isto é, a Universidade Federal do Paraná (1912), a Universidade do Rio de Janeiro (1931), a Universidade de São Paulo (1934), e a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (1935), segundo Motoyama,:

A ciência e a tecnologia na República Velha (1889-1930), destaca os processos de industrialização e de urbanização. O grande fato importante neste período é a façanha de Santos Dumont de voar com um objeto mais pesado que o ar, que repercutiu em todo o mundo, principalmente na Europa. As primeiras instituições de pesquisa tecnológica são discutidas com maior ênfase no Estado de São Paulo, em função do desenvolvimento da economia cafeeira e da industrialização mais marcante no Estado. Neste período surgem as seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Paraná em 1912; Universidade do Rio do Janeiro em 1931; a Universidade de São Paulo (USP) em 1934; a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (antiga capital federal) em 1935. (2004 apud SOUZA, 2012, p. 28)

Considerando-se que a Universidade Federal do Paraná teve sua criação em 1912, fora do eixo Rio/São Paulo, pode-se dizer que o campo

universitário brasileiro passou a ser criado de forma mais efetiva a partir do período varguista, com a instituição do “Estado Novo” por Getúlio Vargas, período em que esse campo foi se consolidando.

### **1.1 Campo universitário público estadual no Paraná, com ênfase para a UEL e UEM**

No sistema estadual de Ensino Superior público do Paraná, financiado com verbas do próprio Estado, para o campo acadêmico de Ensino Superior paranaense, houve a prática de designar como IES/PR as Instituições de Ensino Superior do Estado, as quais contam com uma rede de Ensino Superior, conforme apontado, formada por 7 faculdades e 6 universidades.

As faculdades subordinadas à SETI, inseridas por força de Lei à estrutura da UNESPAR, são: EMBAP – Escola de Música e Belas Artes do Paraná; FAP – Faculdade de Artes do Paraná, ambas em Curitiba; FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão; FECEA – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória; FAFIPAR – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. Através da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, foi criada a UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, com sede em Curitiba, que congrega as 7 faculdades acima citadas, além da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG).

As universidades são: UEL – Universidade Estadual de Londrina (criada pelo Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970); UEM – Universidade Estadual de Maringá, criada pela Lei nº 6.034 de 06 de novembro de 1969; UEPG<sup>4</sup> – Universidade Estadual de Ponta Grossa.; UNIOESTE<sup>5</sup> – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com *campus* e sede em Cascavel e *campus* em Palotina, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira; UNICENTRO<sup>6</sup> – Universidade Estadual do Centro-Oeste, com *campus* e sede e Centro Politécnico (CEDETEG) em Guarapuava, *campus* em Irati e extensões em Laranjeiras do Sul, Pitanga, Prudentópolis, Coronel Vivida e Chopinzinho; UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná, com *campus* e sede em Jacarezinho e *campus* em Cornélio Procópio e Bandeirantes (criada pela Lei nº 15.300, de 28 de setembro de 2006).

No contexto do campo acadêmico de Ensino Superior Público Estadual do Paraná, são cinco as universidades que possuem uma editora universitária, a saber: UEL; UEM; UEPG; UNIOESTE e UNICENTRO. Como as editoras a serem analisadas serão EDUEL e EDUEM, através de entrevista dos atuais dirigentes e anteriores, alguns aspectos sobre UEPG, UNIOESTE E UNICENTRO, e suas sedes no contexto de campo universitário no Paraná, serão aqui elencados, para que se entenda o curso da construção e evolução do Campo Editorial Paranaense.

---

<sup>4</sup> A UEPG foi criada em 12/01/1966, através da Lei nº 3/66 e recriada pela Lei Estadual nº 6.034, de 06 de janeiro de 1969, e do Decreto nº 18.111, de 28/01/1970.

<sup>5</sup> Teve sua criação através do seguinte processo: em 1991, a Lei Estadual nº 9.663/91, transformou em autarquia a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E, por meio da Portaria Ministerial 1.784-A, de 23/12/1994, foi criada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Em 24/07/1998, por meio da Lei Estadual nº 12.235/98, foi autorizada a incorporação da FACIBEL a Unioeste e o Decreto Estadual 995/99 instituiu o Campus de Francisco Beltrão.

<sup>6</sup> Foi criada por meio de: Lei nº 9295, de 13 de junho de 1990, que instituiu a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava e Decreto nº 3444, de 08 de agosto de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 5.063, de 8 de agosto de 1997, em que foi reconhecida a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, com sede e *Campus* na cidade de Guarapuava e *Campus* na cidade de Irati.

### 1.1.1 Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

A UEPG foi criada em 12/01/1966, através da Lei nº 3/66 e recriada pela Lei Estadual nº 6.034, de 06 de janeiro de 1969, e do Decreto nº 18.111, de 28/01/1970, conforme consta em sua página oficial:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, criada através da Lei n. 3/66, de 12/01/66, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e recriada, com as coirmãs do Norte do Paraná, pela Lei Estadual n. 6.034, de 06/11/69, e do Decreto n.º 18.111, de 28/01/70, resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual n. 8.837, de 08/11/49, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 32.242, de 10/02/53; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 921, de 16/11/52, reconhecida pelo Decreto Federal n. 40.445, de 30/11/56, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei n. 5.261, de 13/01/66; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 2.179, de 04/08/54, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 50.355, de 18/03/61; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 03/66, de 12/01/66, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 69.697, de 03/12/71. A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público. Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal, através do Decreto n. 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e seu Plano de Reestruturação. (Disponível em: <<http://www.uepg.br/catalogo>>. Acesso em: 29 jan. 2013).

A Editora da UEPG é claramente voltada para o saber científico como um todo, tendo como foco a academia, e juntamente com as Editoras da UFPR, EDUEL e EDUEM formam a base e a estrutura do campo editorial paranaense das universidades públicas.

### 1.1.2 Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

A Unioeste teve seu processo de formação nos anos de 1990, conforme consta em sua página oficial:

Em 1991, a Lei Estadual nº 9.663/91, transformou em autarquia a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E, por meio da Portaria Ministerial 1.784-A, de 23/12/1994, foi criada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Em 24/07/1998, por meio da Lei Estadual nº 12.235/98, foi autorizada a incorporação da FACIBEL à Unioeste e o Decreto Estadual 995/99 instituiu o Campus de Francisco Beltrão. (Disponível em: <<http://www.unioeste.br/reitoria/>> Acesso em: 31 Jan. 2013).

Assim que o *campus* foi consolidado, mediante a integração com o *campus* de Francisco Beltrão, “a Unioeste se consolidou como uma Universidade regional, *multicampi*, focada no desenvolvimento regional e social”<sup>7</sup>, com *campus* em Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Santa Helena e Toledo.

A Editora Gráfica Universitária Edunioeste está em processo de revitalização, por receber apoio junto à Reitoria, portanto sua produção está em fase de redimensionamento e desenvolvimento.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.unioeste.br/reitoria/>> Acesso em: 31 Jan. 2013

### 1.1.3 Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO

Os *campi* da Unicentro estão localizados na região Centro-Oeste do Estado, abrangendo cerca de 50 municípios, sendo que no *campus* de Guarapuava são ofertados 47 cursos de graduação e no de Irati, 19 (alguns com mais de uma habilitação). Alguns cursos são ofertados também em *campi* avançados ligados a cada *campus* universitário, conforme segue:

Campus de Guarapuava: Laranjeiras do Sul: Administração, Ciências Contábeis, Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Pedagogia. Pitanga: Administração, Ciências Contábeis, História, Pedagogia. Chopinzinho: Ciências Contábeis e Pedagogia. Prudentópolis: Ciências Econômicas. Campus de Irati: Prudentópolis: Ciências Contábeis, Letras-Português e Pedagogia. (Disponível em: <[http://www.unicentro.br/dirai/historico/historico\\_unicentro\\_rec.pdf](http://www.unicentro.br/dirai/historico/historico_unicentro_rec.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2013).

A Editora Unicentro se pauta pelo enfoque técnico e científico-cultural, sem perder sua capacidade de diálogo com a comunidade.

## 1.2 Londrina, Maringá e suas universidades públicas

Ao se analisar os Estatutos das duas maiores estaduais do Paraná o que se observa entre elas são diferenças administrativas e contextuais, mesmo porque a UEM possui *campus* dentro e fora de Maringá, enquanto que a UEL optou por não ter *campus* fora de Londrina. De certa forma isso retrata as opções que ambas fizeram ao longo do seu processo de desenvolvimento. Ainda assim, são Universidades de referência para o Estado do Paraná e de

relativo peso no campo das universidades públicas brasileiras e se esforçam para manter a excelência que está inscrita nos Estatutos.

### 1.2.1 Universidade Estadual de Londrina - UEL

O Estatuto da UEL, atualizado em 11 de novembro de 2011, indica que a criação dessa universidade se realizou pelo Decreto n. 18.110, de 28 de janeiro de 1970, conforme o Art. 1º:

**Art. 1º** - A Universidade Estadual de Londrina, criada pelo Decreto no 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade de direito público, titular das prerrogativas de autonomia estabelecidas no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e reger-se-á por este Estatuto, pelo seu Regimento Geral e pelas Resoluções de seus Conselhos, obedecidas as Legislações Estadual e Federal. Parágrafo único. As atividades administrativas, de gestão financeira e patrimonial decorrem, e têm por fim, as atividades acadêmicas.

É uma universidade pública, cujo Estatuto registra como princípios a gratuidade para os cursos de Graduação e Pós-Graduação Acadêmica, *stricto sensu*, deixando a lacuna sobre os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Por não constar no Estatuto, o que se observa é que a UEL preferiu deixar dessa forma, para fazer uma espécie de privatização pública desses cursos, cobrando mensalidades para essa modalidade de ensino “público”, que, salvo melhor

juízo, não entra nos parâmetros de princípios éticos de gratuidade do ensino, conforme consta no Estatuto:

**Art. 2** - A Universidade tem por princípios: I. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurado seu compromisso social; II. a interação entre ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviço, assegurado seu compromisso social; III. a igualdade de condições para o acesso e permanência discente na Instituição; IV. a integração com os demais níveis e graus de ensino; V. a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber; VI. o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VII. a garantia de qualidade acadêmica; VIII. a gestão democrática e colegiada; IX. a eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos; X. a valorização de seus servidores; XI. a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu* acadêmico.

Se para a UEL, como anteriormente apontado, fica problemática a cobrança de qualquer curso, para a UEM não é diferente, e por mais que UEL e UEM, em seus respectivos estatutos, tenham diferenças no que tange à abordagem do assunto de cursos de Pós-graduação *lato sensu*, o fundo da questão permanece, isto é, como universidades do porte de UEL e UEM podem se fazer respeitar perante a comunidade externa e o próprio Governo do Estado, se são contraditórias quanto ao que deveria ser um princípio ético de gratuidade do ensino, segundo seus Estatutos?

#### 1.2.1.1 Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL

Segundo o *Catálogo de Cursos de Graduação da UEL (2012)* a Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, é definida no organograma da



universidade como um dos seus seis Órgãos de Apoio e é descrita no catálogo, da seguinte forma:

Criada em 1995 como Órgão de Apoio, está compromissada com a liberdade para produção, sistematização e disseminação do conhecimento. Seu objetivo é publicar obras que atendam as necessidades da comunidade universitária e da sociedade e sua linha editorial está voltada para o público universitário, publicando livros de docentes da UEL e de outras universidades. Possui em sua estrutura a Livraria EDUEL, sem fins lucrativos, onde comercializa os livros da EDUEL e também das demais editoras universitárias e comerciais, aceitando, inclusive encomendas. Tem como missão editar, coeditar, publicar, produzir e incentivar a produção, disseminar, comercializar, distribuir e fazer circular as obras publicadas por ela, nas comunidades universitárias e demais locais de distribuição de livros. Oferece campos de estágio a diversos cursos da UEL, entre eles: Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Relações Públicas, Design Gráfico, Letras. (CATÁLOGO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, 2012)

### 1.2.2 Universidade Estadual de Maringá – UEM

O Estatuto da UEM, na última versão publicada em agosto de 2008, indica que o surgimento desta universidade foi aprovado no dia 6 de novembro de 1969, conforme consta:

**DECRETO Nº 532 O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o § 1º do Art. 11 da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, **DECRETA:** Art. 1º Fica aprovado em caráter definitivo o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Maringá, que

com este baixa. Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 26 de maio de 1975, 154º da Independência e 87º da República. JAYME CANET JÚNIOR Governador do Estado FRANCISCO BORSARI NETO Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

O caráter inicial da UEM foi o de fundação pública, somente em 1991 transformou-se em autarquia estadual, conforme consta no Estatuto:

**Art. 1º** - A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, criada sob a forma de fundação pública por meio da Lei Estadual nº 6.034/69 e pelo Decreto Estadual nº 18.109, de 28 de janeiro de 1970, publicado no Diário Oficial do dia 30 do mesmo mês e ano, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, transformada em autarquia estadual por meio da Lei Estadual nº 9.663/91 de 16 de julho de 1991, publicado no Diário Oficial no mesmo dia, entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, denominada Universidade Estadual de Maringá, com duração por tempo indeterminado, reger-se-á por este Estatuto, pelo Regimento Geral e pelas resoluções de seus conselhos, obedecida a legislação federal e estadual.

Seu *campus* sede é em Maringá, composto por mais cinco *campi*: 1) Arenito, em Cidade Gaúcha; 2) Regional do Noroeste, em Diamante do Norte; 3) Regional de Cianorte, em Cianorte; 4) Regional de Goioerê, em Goioerê; e 5) Regional de Umuarama, em Umuarama e Ivaiporã.

É uma Universidade pública, cujo Estatuto registra como princípios a gratuidade para os cursos de Graduação e Pós-Graduação Acadêmica, *stricto sensu*, deixando a lacuna sobre os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, e por não constar no Estatuto. O que se observa é que a UEM preferiu deixar dessa

forma, para fazer uma espécie de privatização pública desses cursos, cobrando mensalidades para essa modalidade de ensino “público”, que, portanto, salvo melhor juízo, não entra nos seus parâmetros de princípios éticos de gratuidade do ensino, conforme consta no Estatuto:

**Art. 3º** - A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ tem por princípios: I. a natureza pública, gratuita e de qualidade do ensino; II. a gratuidade dos cursos de Graduação e Pós-Graduação Acadêmica *stricto sensu*; III. indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; IV. autonomia didática e pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar; V. compromisso com a formação de cidadãos éticos, reflexivos e autônomos; VI. socialização do saber sem discriminação de qualquer natureza; VII. compromisso com a democratização do ingresso e com a permanência do aluno na universidade.

Para a UEM<sup>8</sup> fica problemática a cobrança de qualquer curso, da forma em que está colocado acima, mesmo que a Pós-Graduação *Lato Sensu* não esteja contemplada no Artigo. E aí está uma brecha que deixa a UEM vulnerável quando das negociações salariais com o Governo do Estado, tanto para os servidores docentes, quanto para os servidores técnicos, pois uma das questões éticas substanciais, neste artigo, está abalada.

Como a UEM cobra mensalidades para os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, e quer assim permanecer, deveria rever o Art. 3º do Estatuto, trabalhando uma nova redação, deixando claro que essa modalidade é

---

<sup>8</sup> O perfil da UEM<sup>8</sup>, destacado em seu site é o seguinte: na atualidade a UEM oferece 52 cursos de graduação, 93 de especialização, 28 de mestrado e 12 de doutorado, é a primeira entre as universidades do Paraná, pela avaliação do MEC e está entre as 20 instituições com maior produção científica e tecnológica do país. (Disponível em: <[http://www.uem.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=32&Itemid=151](http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=151)>. Acesso em: 08 ago. 2013).

cobrada, para aí não mais sofrer qualquer constrangimento no que se refere ao princípio ético da questão em si.

A finalidade da UEM está registrada no Art. 4º, dentre elas estão: estimulação da criação cultural, desenvolvimento científico, pensamento reflexivo, formação de profissionais em nível de educação superior, incentivo à pesquisa e investigação científica, promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando esse saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. Na palavra “publicações” a UEM justifica a existência da sua editora, como uma das formas, constantes neste Art. 4º, de divulgar a produção do conhecimento produzido por ela e por outras universidades.

O Art. 5º é sobre a autonomia didático-científica, que consiste no estabelecimento da sua política de ensino, pesquisa, extensão e cultura, podendo criar, organizar, modificar e extinguir cursos, fixar projetos pedagógicos, estabelecer seu regime acadêmico e didático, selecionar, admitir, promover e habilitar alunos, conferir graus, diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa, constante no Art. 6º, confere-lhe elaborar seu Estatuto e Regimento Geral, apreciar e aprovar os regulamentos das outras instâncias da UEM, escolher seus dirigentes, homologar as consultas para a nomeação dos dirigentes nos setores em que essa prática existe, dispor sobre o seu pessoal docente e técnico-universitário, firmar convênios, contratos e acordos, admitir pessoal dentro de suas dotações orçamentárias ou outros recursos, observada a legislação vigente.

Com relação à escolha de Reitor e Vice-Reitor, de quatro em quatro anos é feita uma consulta à Comunidade Universitária, e o candidato a Reitor que obtiver o número maior de votos encabeça uma lista sêxtupla, que é enviada ao Governador do Estado, que, via de regra, homologa o primeiro nome constante dessa lista.

Com relação a admitir pessoal, a UEM, tanto quanto as outras IES paranaenses, na prática não possuem essa autonomia, pois para qualquer abertura de vaga é necessária a expressa autorização do Governo do Estado do Paraná.

A autonomia patrimonial e financeira da UEM, constante no Art. 7º, consiste em: administrar seu patrimônio e dele dispor, fixar taxas quando regulamentadas pelos conselhos superiores, atualização, extensão ou sequenciais quando regulamentados e previstos em lei, aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira provenientes de convênios com entidades públicas e privadas, organizar e executar o orçamento de sua receita e despesa, administrar os rendimentos próprios, contrair empréstimos para a construção e aquisição de bens imóveis e para a compra e montagem de equipamentos de ensino, pesquisa e extensão, bem como de tudo quanto for necessário ao perfeito funcionamento da Instituição.

Observada a legislação vigente precisa ainda: aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, a serviços e a aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo Estado do Paraná, próprios e outros, efetuar transferências, quitações e adotar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial, fixar anuidades ou mensalidades para cursos não regulares como especialização.

Aqui fica uma brecha jurídica, que compromete a ética, mas mantém a legalidade, a saber: o que significa a palavra “especialização”, no contexto mesmo desse texto? Pois se aqui está se referindo ao *lato sensu*, é algo que chega a ser deveras constrangedor, por isso mesmo, tudo o que se refere ao *lato sensu* no corpo mesmo de redação do Estatuto da UEM deveria ser esclarecido, para evitar desentendimentos ou interpretações indevidas.

Em tese, o que se coloca é que o campo universitário das universidades públicas com sede no Estado do Paraná se forma através das universidades acima elencadas além da UFPR – Universidade Federal do Paraná, que transcende o campo das estaduais paranaenses, por fazer parte também do campo das universidades federais brasileiras, ligada diretamente ao Governo Federal através do MEC – Ministério da Educação.

## **CAPÍTULO II – EDUEL E EDUEM, AS EDITORAS EM ESTUDO**

Não por acaso, em 1478, a Oxford University Press edita os primeiros livros do mundo e as primeiras editoras conhecidas tiveram sua origem junto a duas universidades, isto é, Oxford e Cambridge, pois era necessário atender à demanda dos alunos, não só na Inglaterra como em toda a Europa, ávidos por leitura. Portanto, a atividade de leitura através de livros e textos foi e é intrinsecamente ligada à atividade universitária.

É importante saber que a atividade editorial, em sua gênese, está ligada à universidade e sua demanda redimensiona a importância das editoras universitárias nos dias atuais.

Pois se o mercado editorial cresceu e se diversificou, uma lacuna ficou, ou seja, a das obras essencialmente acadêmicas e que não são de interesse do editor privado, mais voltado para sua manutenção no mercado pela atividade do lucro.

Assim abre-se mão de produzir obras de cunho menos lucrativos, deixando essa atividade por conta das editoras universitárias por excelência, menos dependentes desse estigma do mercado capitalista.

De qualquer forma, se há editoras universitárias altamente sustentáveis essa não é a realidade da maior parte delas, sobretudo das brasileiras, que na grande maioria dependem de verbas institucionais, oriundas das próprias universidades ou de fomento e subsídios governamentais.

## 2.1 Campo Editorial Universitário no Brasil

Para traçar um quadro histórico relativo ao campo editorial brasileiro, a busca recai sobre a Revista *Verbo*, em ensaio mencionado de Bufrem, quando cita Bourdieu e sua Teoria do Campo:

Como objeto de reflexão, apoiamo-nos na realidade dos movimentos e ações promovidos pelas editoras universitárias brasileiras, interpretando-os à luz de um referencial teórico em que predomina a teoria do capital cultural de Bourdieu. Acreditamos que os acontecimentos mobilizadores da ação editorial nas instituições de ensino superior brasileiras contribuíram para a formação de um campo de produção erudita, reconhecido historicamente por suas funções específicas, enquanto se distingue por temas, técnicas e estilos dotados de valor no seu campo de atuação. Esse campo de ação cultural “produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados [...] a um público também produtor de bens culturais”. Como ocorreu com a produção de livros de um modo geral, o surgimento do capitalismo contribuiu para atender a um público mais amplo, recrutado “tanto nas frações não intelectuais das classes dominantes (‘o público cultivado’) como nas demais classes sociais” (apud BOURDIEU, 1987, p. 105). Portanto, enquanto define critérios e estabelece normas para uma prática em campo cultural específico, a atividade editorial universitária revela um grau de autonomia que a distingue como geradora de um tipo de raridade e de valor culturais. Esse seria um campo de produção erudita, já que produz bens destinados “a um público de produtores de bens culturais” que, por sua vez, também produzem para produtores de bens culturais. Estabelecendo os próprios critérios de avaliação de seu produto, o campo reconhece conseqüentemente a lei da



“concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes” (Apud BOURDIEU, 1987, p. 105). (BUFREM, 2008, pp. 19-20)

E quais as características específicas de um campo dessa natureza no Brasil, do ponto de vista antropológico, sociológico, social e político? Pensar um campo editorial universitário no Brasil e sua formação é estar ciente do histórico da formação dessa sociedade e suas inúmeras transformações. Segundo Bufrem, as primeiras editoras universitárias brasileiras surgiram a partir de 1960, em que algumas evoluíram de serviços gráficos das imprensas universitárias para editoras e

Ainda hoje se confundem serviços gráficos com serviços editoriais, pela falta de precisão dos termos e pelo uso em língua inglesa do termo *university press* para designar o que no Brasil se entende como editora universitária, ou seja, um órgão de instituição de ensino superior responsável pela publicação de textos diversos selecionados previamente por um conselho ou comissão editorial. (BUFREM, 2001, p. 33).

As duas primeiras editoras universitárias surgem na USP e na UNB, no início da década de 1960, algumas outras editoras:

(...) tiveram sua origem em pequenos parques gráficos. Outras foram sendo criadas independentemente desses serviços, dessas imprensas. Foram criadas já como editoras, núcleos ou projetos editoriais. Algumas foram simplesmente anexadas a esses projetos, vinculados a um órgão como um serviço ou assessoria de comunicação, ou mesmo uma pró-

reitoria. Algumas passaram a ser vinculadas à própria imprensa da universidade. (BUFREM, 2001, p. 77)

Após inúmeros movimentos, seminários, conversas e discussões, no 4º Seminário Nacional de Editoras Universitárias – SNEU, realizado de 31 de agosto a 5 de setembro de 1987, em Goiânia, com a presença de mais de quarenta editoras universitárias, foi criada a ABEU – Associação Brasileira de Editoras Universitárias (BUFREM, 2001). Empossada sua primeira diretoria, que teve como presidente o professor Edson Rodrigues de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco, a ABEU conta hoje com 111 editoras associadas, de universidades públicas e privadas ou de cunho universitário, espalhadas por todo o Brasil<sup>9</sup>.

De acordo com o site da ABEU<sup>10</sup>, as editoras associadas estão assim distribuídas: uma no Acre, uma em Alagoas, uma no Amazonas, sete na Bahia, quatro no Ceará, quatro no Distrito Federal, uma no Espírito Santo, duas em Goiás, duas no Maranhão, seis em Minas Gerais, quatro no Mato Grosso do Sul, uma no Mato Grosso, cinco no Pará, três na Paraíba, três em Pernambuco, uma no Piauí, nove em todo o Estado do Rio de Janeiro, três no Rio Grande do Norte, uma em Rondônia, uma em Roraima, dezoito no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina, uma em Sergipe, quatorze em todo o Estado de São Paulo, uma em Tocantins e dez no Paraná.

As editoras filiadas à ABEU no Paraná são: 1) Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL; 2) Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM; 3) Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa –

---

<sup>9</sup> Duas editoras de peso, a EDUSP e a UNICAMP, não são associadas à ABEU, de qualquer forma a UNICAMP se faz representar na ABEU através da editora da sua Faculdade de Educação – FE-UNICAMP.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/EditorasAssociadas.aspx>>. Acesso em 12 ago. 2013.

EDUEPG; 4) Editora e Gráfica Universitária – EDUNIOESTE, de Cascavel; 5) Editora Champagnat – PUCPR, de Curitiba; 6) Editora da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, de Guarapuava; 7) Editora da Universidade Federal do Paraná – EDITORAUFP, de Curitiba; 8) Editora IBPEX, de Curitiba; 9) UNOPAR Editora – União Norte do Paraná de Ensino, de Londrina; e 10) Editora UTFPR, de Curitiba.

É, praticamente, esse o campo editorial universitário do Paraná, isto é, as dez editoras acima citadas, sendo que as mais ativas são as da UFPR, UEL, UEM e UEPG. Consta no Estatuto da ABEU que:

**CAPÍTULO II Da Competência e dos Objetivos - Art. 3. -**  
Constituem objetivos da Associação: Promover o desenvolvimento das editoras associadas e contribuir para os processos de produção, comercialização e divulgação; Realizar atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos no campo da editoração destinadas prioritariamente a seus associados; Fomentar o intercâmbio entre os associados e entidades congêneres do país e do exterior; Colaborar com os associados para ampliar sua participação em feiras, exposições e bienais do livro no país e no exterior; Facilitar serviços de informação comercial, jurídica e bibliográfica aos associados; Promover ou participar de campanhas que incentivem o hábito da leitura e o gosto pelo livro.

Pode-se afirmar, em tese, que seja esse o escopo do campo editorial universitário brasileiro e “O que distingue a editora universitária da editora comercial é não ter como objetivo principal o lucro, não dever priorizar o que é vendável, mas o que é bom.” (BUFREM, 2001).

Mesmo com todos os percalços e desafios enfrentados, da década de 1960 até hoje, foi longa a trajetória das editoras universitárias, e nesses 54 anos o campo editorial universitário se consolidou e conquistou uma relativa autonomia no escopo mesmo da autonomia universitária, também precária, à qual está intrinsecamente ligado. De qualquer forma, o campo editorial universitário só encontra razão de existir por força da existência das universidades, do contrário, ele teria que se reformular, ou mesmo ser extinto, pois foi por necessidades existentes nas universidades que as editoras de muitas delas surgiram.

Um programa que influenciou e possibilitou uma visão crítica sobre o campo editorial universitário foi o PROED – Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais:

Pela influência que exerceu na política editorial das instituições de ensino superior brasileiras e os seus consequentes desdobramentos na prática política, destaca-se o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, o chamado PROED. Desenvolvido entre 1981 e 1988 pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação, o PROED originou-se das discussões com professores universitários sobre os diferentes problemas que afetavam o desempenho acadêmico das IES. Entre eles, especialmente, destacava-se a falta de divulgação de textos produzidos ou comentados pelos professores para atender às necessidades pedagógicas relacionadas à renovação de conteúdos definidos em programas didáticos. O programa foi criado com a intenção de encontrar soluções objetivas para a editoração dos textos docentes, especialmente em instituições que revelavam

condições de implementar projetos editoriais próprios. (BUFREM, 2008, p. 20).

Se “O programa foi criado com a intenção de encontrar soluções objetivas para a editoração dos textos docentes, (...)”, conforme está explicitado acima, o campo editorial universitário que estava de certa forma latente desde a década de 1960 começava então, a partir de 1981, a tomar novo impulso, pelas causas já aqui colocadas, isto é, “atender às necessidades pedagógicas relacionadas à renovação de conteúdos definidos em programas didáticos”.

A importância do PROED, portanto, no que toca ao fortalecimento do campo editorial no país, encontra respaldo nas próprias palavras de Bufrem:

Em consonância com as diretrizes da política do MEC e, ao que se pode perceber, com ênfase no desenvolvimento científico e tecnológico, o programa cumpriu seus propósitos, uma vez que após seu lançamento, vinte e seis editoras ou projetos editoriais universitários, pelo menos, foram criados e outros fortalecidos. (BUFREM, 2008, p. 21).

Diante desse histórico é de se pensar que a editora universitária brasileira vai muito bem, pois o campo editorial universitário está consolidado e a iniciativa dos governos, tais como PROED e outros, incentivaram e incentivam a atividade editorial universitária. Mas não é bem assim, pois se as três editoras universitárias paulistas, da UNICAMP, UNESP e USP, vão muito bem, não é essa a realidade das outras editoras universitárias, que lutam para se manter e não perder a qualidade dos seus catálogos, além da necessidade

de ter de atender, e bem, às demandas acadêmicas, do mercado e de organismos governamentais, tais como CAPES e outros.

Se algumas poucas editoras universitárias já alcançaram a escala industrial, não é esse o caso da grande maioria das outras, que estão submetidas ao sabor das administrações que, via de regra, são alteradas nas universidades de quatro em quatro anos, substituindo inclusive os comandos das suas editoras, que geralmente modificam a política editorial. Estas, por sua vez, por geralmente terem uma nova visão política, têm como consequência também mudanças na editora, impedindo seu processo de profissionalização, mantendo-a refém de comandos amadorísticos, em que tudo tem que ser reiniciado, fazendo com que o novo gestor precise aprender tudo novamente. Ao ponto de que, quando ele está relativamente preparado, termina seu mandato e sua gestão, e de quatro em quatro anos esse círculo vicioso é reiniciado. Esse problema crônico das editoras universitárias está devidamente explicitado em trecho da palavra de José Castilho Marques Neto, Diretor Presidente da Editora UNESP, Presidente eleito da ABEU para o biênio setembro/2011 – setembro/2013, datada de 1º de junho de 2011<sup>11</sup>:

(...) Junto às autoridades universitárias insistiremos também na maior e mais profunda profissionalização do setor editorial acadêmico. Para isso é imprescindível advogarmos para que se reconheça esse trabalho como parte das atividades fim das universidades. Buscar o status devido, o reconhecimento imprescindível, é meta que buscaremos com o aprofundamento do diálogo com os reitores e reitoras das universidades brasileiras, principalmente por intermédio de suas representações nacionais como a ANDIFES. É hora de o Brasil

---

<sup>11</sup> Revista Verbo – ABEU, n. 7, setembro 2011, *Palavra do Presidente Eleito*, por José Castilho Marques Neto, p. 15.

resolver problemas que ainda emperram o cotidiano e impedem o crescimento das editoras universitárias e para isso é preciso reconhecer sua importância junto ao desenvolvimento acadêmico do país. Mandatos adequados dos diretores, fluxos orçamentários condizentes com a atividade editorial, planos editoriais e de negócios que preservem a essência do fazer acadêmico e prestem serviços à sociedade, todos esses são pontos que queremos aprofundar com as autoridades competentes para o benefício de cada associado.

A ABEU, atualmente, na condição de associação civil de âmbito nacional sem fins lucrativos e de natureza de direito privado, alcançou a posição de ser um importante e ativo agente do campo editorial brasileiro. Como na XXVI Reunião Anual da ABEU, realizada em Curitiba, foram expostas as dificuldades e os entraves legais e burocráticos, em nível tanto das universidades públicas, quanto privadas, além das de outras naturezas jurídicas, houve por bem fazer a *Carta de Curitiba*, em forma de Manifesto, com o objetivo de encaminhar a todos os Reitores das universidades que possuem editoras afiliadas, além do Tribunal de Contas da União, para que o mesmo envie aos Tribunais de Contas de cada Estado da Federação.

Quando do Manifesto de Curitiba, 112 eram as afiliadas da ABEU, porém com a desfiliação da Editora da Universidade Federal de Sergipe, o número de afiliadas foi reduzido para 111. O Manifesto de Curitiba é contundente e demonstra, através desse documento, o quanto ainda há que se conquistar no cenário nacional no que toca à conscientização do que seja uma editora universitária e sua importância estratégica para o país. É aí que a crítica se torna contundente no que se refere ao Brasil e suas atávicas práticas políticas e sociais, e nesse ponto é que se compreende o quanto esse país,

desde a época do seu descobrimento, no século XVI, até hoje está sempre a reboque da história, na dependência de que uma força externa faça esta nação caminhar aos tropeços, a reboque de alguém.

Cabe, portanto, ao Estado Brasileiro, através de políticas sérias e bem definidas, a tarefa de fortalecer e redesenhar seu já existente campo editorial universitário de forma viril, plena, livre e desassombrada, a começar por acionar a CAPES com o objetivo pleno e claro de trabalhar os devidos interesses culturais do país, além do BNDES, para fortalecer financeiramente e as editoras brasileiras, sobretudo as universitárias públicas.

Em suma, apenas como nota a relembrar Bourdieu, faça-se um apontamento sobre as lutas que acontecem inevitavelmente no campo, sejam essas lutas entre pessoas, sejam entre instituições, as quais representam pessoas e seus interesses, sejam entre países. Especificamente sobre o campo universitário brasileiro, ficam didaticamente evidentes as lutas travadas entre ABEU, USP e UNICAMP. Portanto, se no campo editorial brasileiro é evidente a luta desses “gigantes”, no Paraná e seu campo editorial universitário, que é um subcampo do campo editorial brasileiro, é importante observar as virtudes e dissensões de dois importantes agentes institucionais, isto é, EDUEL e EDUEM.

## **2.2 EDUEL e EDUEM, o contraponto de dois importantes agentes do Campo Editorial Universitário Paranaense, baseados no Norte do Paraná**

Do ponto de vista do mercado editorial brasileiro, EDUEL e EDUEM são editoras universitárias e a característica de ambas está no esforço de se



manterem enquanto tal. Para isso elas dependem não só de verbas, mas também do prestígio e da influência de suas respectivas universidades, que as têm colocado em destaque no campo editorial paranaense e, de certa forma, também no nacional.

É de se pensar que o próprio campo editorial universitário paranaense é deficiente e até certa altura inexpressivo, se comparado ao campo editorial do Estado de São Paulo, notadamente no que diz respeito às três editoras universitárias estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP. No entanto o trânsito de ideias que o campo editorial universitário paranaense tem levado a todo o país faz dele um campo de maior importância, não propriamente em quantidade, mas na qualidade dos trabalhos produzidos.

Carina Cristina do Nascimento, em trabalho de dissertação de mestrado cujo título é *Editoras Universitárias e as Novas Oportunidades de Comunicação* da Escola de Comunicação e Artes da USP (2009), expõe que “Toda a cadeia do mercado editorial está estruturada em oligopólios: edição, gráfica, papel, distribuição e livrarias. No setor editorial, há de duas a três mil empresas, das quais apenas 500 publicam ao menos cinco títulos anuais” (*Apud* EARP; KORNIS, 2005, p. 4). É esse o mercado em que uma editora universitária está inserida, e por mais que EDUEL e EDUEM se esforcem, encontram inúmeras dificuldades dentro desse universo, que é perverso, sobretudo porque a editora universitária, conforme já insistentemente citado, não produz apenas livros vendáveis, mas também os que são de interesse da academia.

Outro problema que tanto EDUEL quanto EDUEM enfrentam são os canais de distribuição próprios, pois cada uma delas possui apenas uma livraria e nenhuma estratégia de distribuição, além do entrave da Nota Fiscal – que

impede esse avanço. Portanto suas universidades se constroem a partir de um paradoxo interessante, pois ao mesmo tempo em que isso as mantém também as limita, impedindo que possam se expandir através de uma cadeia de livrarias próprias e sustentáveis. Paradoxo esse que todo o mercado editorial brasileiro enfrenta, pois se a livraria de uma editora universitária estiver presente fora dos muros da universidade, certamente atrairá novos clientes. A exemplo da EDUEL, quando clientes apontavam que não haviam comprado ainda na livraria por pensarem que muitos de seus livros eram disponibilizados apenas para a comunidade universitária, o que denuncia o reduzido número de livrarias no Brasil, se comparado ao número de editoras. Conforme revela Nascimento (2009) o resultado desse gargalo na distribuição são as baixas tiragens e, conseqüentemente, o encarecimento do livro, porque a produção fica restrita a um número reduzido de pontos de venda. Enquanto a agência brasileira do *International Standard Book Number* (ISBN) mostra que o número de editoras vem crescendo a cada ano e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) registra 1.280 empresas no país, o principal canal de distribuição de livros, a livraria, atravessa uma crise que atinge em cheio o leitor.

### 2.2.1 EDUEL e EDUEM – Gênese e estrutura atual

A EDUEL foi criada através da Resolução n° 2.746/94, de 21 de dezembro de 1994, assinada pelo então Reitor Jackson Proença Testa, com o caráter de Órgão Suplementar e a estrutura básica foi composta por: a) Conselho Editorial; b) Diretoria. Ao Conselho Editorial os Artigos 4° e 5° da Resolução definem:

**Art. 4º** - O Conselho Editorial é órgão consultivo e deliberativo da Editora, tendo por incumbência zelar pela qualidade científica do Programa Editorial a ser mantido pela Universidade, tendo em vista os seus objetivos mais gerais, sobretudo o estreitamento de relações com as demais Universidades. **Art. 5º** - O Conselho Editorial será presidido pelo Diretor da Editora e terá composição mínima de 05 (cinco) e máxima de 10 (dez) membros, com mandato de 03 (três) anos. **Parágrafo Único** – Os membros do Conselho serão de livre escolha do Reitor, devendo a mesma recair em membro do corpo docente da Universidade.

O Conselho Universitário da UEL, através da Resolução 262/2009, de 15 de dezembro de 2009, assinada pelo Reitor em Exercício, Cesar Antonio Caggiano Santos, aprovou o Regimento da EDUEL, já na condição de Órgão de Apoio da Reitoria, conforme reforma estatutária ocorrida na UEL:

**Art. 1º** - A Editora da Universidade Estadual de Londrina, criada pela Resolução 2.746/94, com a denominação de EDUEL. É órgão de apoio e regida pelo estatuto da UEL e pelo seu Conselho Editorial e Conselho Deliberativo, vinculado à Vice-Reitoria.

Pelo Art. 3º do Regimento foi essa estrutura aprovada:

I. Conselho Deliberativo; II. Conselho Editorial; III. Diretoria; a) Secretaria Executiva; b) Divisão Administrativa; 1) Seção de Finanças e Orçamento; 2) Seção de Distribuição e Vendas; c) Divisão de Produção Editorial; 1) Seção de Revisão e Normalização; 2) Seção de Editoração Eletrônica; 3) Seção de Divulgação e Marketing; d) Divisão de Livraria; 1) Seção de Vendas.

Já a EDUEM iniciou suas atividades em 1992, com o caráter de programa dentro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação durante a primeira gestão de Décio Sperandio, na qualidade de Reitor da UEM. Na segunda gestão de Décio Sperandio, através da Resolução nº 018/2006-COU de 26 de junho de 2006, foi aprovada a criação da EDUEM como órgão suplementar vinculado à Reitoria com a seguinte estrutura administrativa: Secretaria; Supervisão Editorial; Divisão de Projeto Gráfico e Design, com os Setores de Fluxo Editorial e de Artes Gráficas; e Divisão de Marketing, composta dos Setores de Controle Financeiro, Divulgação e Distribuição e Livraria.

No dia 30 de março de 2009, o Conselho Universitário da UEM, através da Resolução nº 009/2009-COU, assinada por Décio Sperandio, aprovou o Regulamento e o Organograma da EDUEM. Os artigos 1º e 2º definem didaticamente suas finalidades e a quem a EDUEM está vinculada, submetendo seu campo editorial ao campo maior, que é o universitário paranaense:

**Art. 1º** - A Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM), órgão suplementar da Universidade Estadual de Maringá (UEM) vinculado à Reitoria (REI) tem por finalidades: I - editar, coeditar e fazer divulgação de trabalhos científicos, técnicos, didáticos, culturais, paradidáticos, que sejam de interesse da Instituição, conforme deliberação dos conselhos editoriais; II - promover intercâmbios, convênios e contatos com Instituições de Ensino Superior (IES), bibliotecas e outras entidades afins, estimulando o desenvolvimento de co-edições e parcerias; III - incentivar a comunidade científica das IES, órgãos de fomento e empresas, na criação de novas oportunidades de publicações; IV - promover a difusão e a

troca de experiências relacionadas à gestão da editora universitária. **Art. 2º** A EDUEM reger-se-á pelo Estatuto e Regimento Geral da UEM, pelas disposições deste regulamento e por outras normas e determinações superiores.

Entre EDUEL e EDUEM há diferenças importantes, dentre elas: 1) a EDUEM possui Regulamento e a EDUEL, Regimento; 2) No Regulamento da EDUEM ela consta na categoria de Órgão Suplementar, no Regimento da EDUEL ela consta categoria de Órgão de Apoio da Reitoria; 3) a EDUEM produz livros e a *Revista Acta*, a EDUEL só produz livros; 4) a EDUEM possui dois Conselhos Editoriais, isto é, um para os livros, outro para a Revista, a EDUEL possui um Conselho Editorial e um Conselho Deliberativo; 5) A EDUEM possui um Diretor Deliberativo e um Editor-chefe, que devem ser docentes da instituição com título de doutor e com TIDE com carga horária mínima definida no regulamento não inferior a 20 horas para o Diretor e não inferior a 12 horas para o Editor-Chefe, a EDUEL possui um Diretor que deve acumular a função de Editor-Chefe, não havendo a exigência de que o cargo recaia sobre um docente ou doutor, com carga horária de 40 horas, sem necessidade de TIDE; 6) os membros dos Conselhos editoriais da EDUEM são convidados, os membros do Conselho Editorial da EDUEL<sup>12</sup> são indicados pelos Centros de Estudo em que estão lotados.

No entanto, estas diferenças de cunho organizacional implicam ainda outras questões que se relacionam diretamente às editoras públicas

---

<sup>12</sup> A EDUEL tem a preocupação de produzir livros infanto-juvenis, vinculados a projetos de um dos Centros de Estudo da UEL, mas que pode também se expandir para outros Centros de Estudo, e que conta com Conselho Editorial próprio para o selo, pois a EDUEL sabe o quanto de carga ideológica e emocional um livro dessa natureza pode levar aos seus leitores, por isso mesmo esse laboratório é importantíssimo não só para a EDUEL, quanto para a UEL como um todo.

universitárias. Mesmo assim, as diferenças acima destacadas são cruciais para a compreensão mais acurada do que se segue a partir de agora: a análise das entrevistas realizadas durante o ano de 2013, no intuito de averiguar *in loco* o perfil da editora universitária paranaense, bem como suas dificuldades e avanços em termos de formação de uma política pública de base.

### **CAPÍTULO III - EDUEL E EDUEM: VISÃO E AÇÃO CULTURAL NO CAMPO (AS ENTREVISTAS)**

Nos espaços de poder, a partir da Teoria do Campo de Bourdieu, precisa-se entender o que ele identifica como “representação social”, que assim define em *Coisas Ditas*: “o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhe o sentido social” (2004, p. 158). Tais agentes elaboram suas representações sociais através do *habitus*:

(...) os agentes se auto-classificam, eles mesmos se expõem à classificação ao escolherem, em conformidade com seus gostos, diferentes atributos, roupas, alimentos, bebidas, esportes, amigos que combinam entre si e combinam com eles, ou, mais exatamente, que convêm à sua posição. (...) Isso faz com que nada classifique mais uma pessoa do que suas classificações. (...) Assim, através do *habitus* temos um mundo de senso comum, um mundo social que parece evidente. (BOURDIEU, 2004, p. 159).

O estatuto social confere ao agente, que faz suas escolhas de forma consciente ou não, o *status* pelo qual ele e nele se representa na sua esfera de ação social e política. O que se interpreta dessas representações sociais, a partir dessa teoria de Bourdieu, é que os agentes pretendem fazer valer suas posições no campo, dentro da estrutura de poder vigente, como ressalta novamente em *Coisas Ditas*:

(...) a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente. (BORDIEU, 2004, p. 163)

Essa visão, portanto, retoma o fundamento da teoria de Bordieu que concebe o campo intelectual enquanto um sistema complexo de relações que envolve obras, instituições e agentes intelectuais, ou seja, é nesse universo que os entrevistados contemplados nesta pesquisa estão inseridos e, portanto, é segundo a dinâmica dessas relações e seus discursos que estas serão analisadas.

As entrevistas que seguem foram realizadas com as atuais dirigentes da EDUEL e EDUEM, além de alguns e algumas ex-dirigentes das mesmas. Porém, antes de apresentar as entrevistas e suas respectivas análises é preciso deixar claro que elas são fundamentais para a conclusão da pesquisa em foco, caracterizando-se como não-diretivas, no intuito de permitir ao entrevistado discorrer livremente sobre algumas questões propostas, entre outras, justamente para que sua identidade natural flua. A partir dessa metodologia, pretende-se captar as contribuições e realizações de cada entrevistado, e detectar como influenciaram e ainda influenciam antigos e atuais dirigentes das editoras universitárias que compõem o *corpus* dessa pesquisa.

Foram entrevistados, na EDUEL, o Professor Leonardo Prota, criador da Editora e seu primeiro diretor; a Bibliotecária Neide Maria Jardimette



Zaninelli, diretora da EDUEL entre os anos de 2006 a 2010 e a atual dirigente Comunicadora Social Maria Helena de Moura Arias. Na EDUEM foram entrevistados a Professora Ruth Setoguti, ex-coordenadora (2005-2006), o Professor Ivanor Nunes do Prado, ex-diretor (2006-2010) e a Professora Terezinha Oliveira, atual editora-chefe. Além deles entrevistamos também a Professora Leilah Santiago Bufrem que, através de suas obras, tornou-se o principal pilar teórico deste trabalho.

Em primeira instância, destaque-se uma afirmação de Leilah Santiago Bufrem (uma das entrevistadas) presente na Revista *Verbo*, da ABEU (Associação Brasileira de Editoras Universitárias) 2008, no ensaio “Práticas Editoriais e o Ensino Superior do Brasil: 20 anos da ABEU”:

A questão que se nos apresenta é se a editoração universitária – considerada para este estudo como o conjunto de procedimentos editoriais mantidos por uma instituição de ensino superior – **pode ser reconhecida pelo grau de autonomia que a distingue, como geradora de um tipo de raridade e de valor cultural que lhes são próprios**. Se hoje os conceitos de editora e de universidade aproximam-se numa relação paradigmática, isso se verifica porque os misteres do livro foram organizados historicamente em estreita relação com os misteres universitários. Os primeiros livros foram produzidos para servirem a instituições de ensino e as primeiras casas editoriais visavam alcançar um público constituído, na sua maioria, por intelectuais e estudiosos. O conceito atual de editora universitária aproxima, portanto, duas ideias fortalecidas num mesmo período histórico e visando finalidades comuns. Entretanto, as práticas e regras relativas ao domínio do saber fazer editorial foram aos poucos sendo dimensionadas e diversificadas, devido às especificações originadas da revolução industrial e à ampliação do mercado relativo à indústria do livro no Ocidente. Este objeto privilegiado de

leitura e as atividades a ele relacionadas passaram progressivamente a fazer parte de um contexto no qual o consumidor torna-se alvo do produtor, ampliando-se consideravelmente o campo editorial, anteriormente restrito a um pequeno público erudito, ao mesmo tempo em que se especializavam as tarefas de produção. Das primeiras editoras – Oxford e Cambridge – não por acaso editoras universitárias, até nossos dias, a prática foi se expandindo e os projetos universitários, a exemplo dos padrões britânicos, multiplicam-se no Brasil e no exterior. (BUFREM, 2008, p. 19) (grifos do autor da pesquisa)

Em foco, Leilah Santiago Bufrem destaca a noção que se cristalizou historicamente de que a universidade gozaria de uma autonomia, que a caracterizaria como uma espécie de instituição que gera um tipo próprio de cultura e conhecimento.

Esse aspecto é largamente explorado pelas reflexões desenvolvidas por Bourdieu ao longo de sua obra, em que procura destacar sempre o cuidado em se observar o campo universitário como realmente o é, sem o estigma que lhe envolve, como este destacado por Leilah Santiago Bufrem. Nesse sentido o autor alerta para o fato de que:

(...) compreender a gênese social do campo literário, da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que aí se joga, dos interesses e das apostas materiais ou simbólicas que aí se engendram não é oferecer sacrifícios ao prazer de reduzir ou destruir (...) é simplesmente olhar as coisas de frente e vê-las como são. (BOURDIEU, 1996, p.15)

O que ocorre para Bourdieu, é que esse mesmo campo universitário sofre abalos em sua autonomia devido a fatores externos, que exercem forçosa pressão sobre sua produção cultural e intelectual, ao que ele alerta: "O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc." (1996, p.21).

### **3.1 A autonomia da editora pública universitária**

Se, no entanto, para Bordieu (2004) a autonomia do campo universitário sofre interferências externas, quiçá a editora que está intimamente ligada ao mesmo e por isso mesmo pode sofrer uma dupla influência: a do próprio *campo* e a da sociedade de um modo geral.

Há, portanto, um desdobramento de imposições e solicitações, algumas oriundas do próprio campo, de um setor externo a ele, mas que, no entanto, esta as repassa à editora, como que endossando seu cumprimento. Sob esse aspecto, na entrevista concedida ao proponente desta pesquisa, Leilah Santiago Bufrem alerta:

*A gestão acadêmica sem perder a autonomia então é uma questão bastante difícil, mas eu acho que possível porque se nós tivermos esse espírito acadêmico, inclusive a nossa... eu acho que a nossa ação, quando somos conscientes intencionalmente, é... conscientes do que estamos fazendo, quando realizamos essa crítica diária a nossa prática, o repensar "é isso mesmo? Não é? Era essa a minha intenção original? Se não era mudou, mas e mudou por quê?". Porque aí também você... quando vezes eu nos conselhos editoriais, é uma vida de conselho editorial, participando de muitos e de revistas também, você percebe assim*

*que às vezes há uma voz destoante “mas como é que essa criatura diz uma coisa dessa?” eu pensava. E depois eu ia para casa e refletindo eu dizia “mas escuta... isso tem tudo a ver! Não é?”. Nós temos que também desestabilizar essas nossas certezas, caso contrário nós estamos sendo acadêmicos embolorados, não é, não estaremos recriando, fazendo uma crítica, esse processo é dialético, não é? Então... é incrível isso! (Entrevista com Leilah Santiago Bufrem, Curitiba, 09/07/2013)*

É interessante ressaltar que Leilah Santiago Bufrem destaca a importância de se "desestabilizar" o arsenal de "certezas", que pode muito bem ser analisado como o conjunto de verdades absolutas que se criam no interior da academia, como se formasse uma camada isolante (em que ideias contrárias não são permitidas), garantindo-lhe certa hegemonia científica.

Leonardo Prota destaca a importância de uma Universidade pública ter sua própria editora no sentido de que esta é um mecanismo de disseminação do conhecimento científico que é produzido no e para a academia:

**CARLOS** – *Então para o senhor, uma editora para uma universidade pública é fundamental?*

**PROTA** – *Eu acho que é essencial porque trata um pouco de difundir a ideia dominante da universidade que é produzir, não é simplesmente estar preparados para a docência, mas, sobretudo, estar preparado para a investigação e quanto mais investigação produz tem que ser divulgada porque ninguém produz alguma coisa para ter apenas a satisfação de ter produzido esse algo novo. Há necessidade de projetar essa ideia a quem possa receber apreciações e críticas dos demais pesquisadores daquela disciplina ou daquela parte essencial da estrutura da universidade. Eu acho importante que uma universidade possa ter sua editora. (Entrevista com Leonardo Prota, Londrina, 12/06/2013)*

Já a ex-coordenadora Ruth Setoguti (EDUEM) alerta para a falta de clareza na função que a editora deve desempenhar, quando sua autonomia está em jogo:

*Então, eu acho que precisa definir bem qual é, o que é uma editora universitária. Eu, quando estava na coordenação, já estava seguindo um pouco os passos do coordenador anterior, André... eu acho que uma editora tem que ser autossuficiente, vamos dizer assim, ela tem que caminhar por si, até por ter uma visão de que o Estado tem que estar presente em atividades importantes, porque se você dispersar os recursos para vários setores, você atomiza os recursos. Então eu acho que uma editora tem que produzir livros que ajudem a manter o seu orçamento, porque não dá para ficar dependendo de verbas públicas. (Entrevista com Ruth Setoguti, Maringá, 04/06/2013)*

De certa maneira, Ruth Setoguti relaciona a autossuficiência da editora universitária à independência financeira, o que parece ser uma constante entre os entrevistados, pois para eles o que compromete a autonomia é o fato de a editora não conseguir suprir seus custos.

Assim sendo, foram identificados alguns fatores que impedem ou ao menos dificultam que a editora desenvolva potencialmente sua autonomia, como: a relação com os órgãos de fomento; o efeito "qualis" na produção científica; a comercialização de livros; o gargalo da Nota Fiscal; a internacionalização da pesquisa científica; o impasse entre revistas e livros; a necessidade da criação de uma política editorial.

De qualquer forma, dentro desse contexto há, dentre outras questões, uma pontual a se discutir: como conciliar "autossuficiência" à necessidade de se produzir obras para pesquisadores, de custo subsidiado e tiragem muito

reduzida, que impedem essa autossuficiência, mas que de alguma forma representam contribuições ao meio acadêmico e à sociedade?

### 3.1.1 A relação com os órgãos de fomento

Os fatores externos podem ser de diversas naturezas, no discurso de alguns dos entrevistados é possível identificar alguns mais pontuais, como as exigências feitas às universidades pelas instituições de fomento, como por exemplo a CAPES que tem procurado estabelecer critérios para a construção do *qualis livros*. Para o professor Leonardo Prota (EDUEL), essa questão estimula o produtivismo, que se reduz à quantidade, porque para ele esse sistema pode, de alguma forma, prejudicar a qualidade das produções, que parecem estar sendo feitas como se fosse “linha de produção”, resultando daí uma contradição entre o “*qualis*” e a produção em massa:

*A universidade deveria manter a sua qualidade de independência, autonomia, não simplesmente uma autonomia nominal, então ficaria inicialmente isso. E a CAPES, normalmente talvez tenha vícios mesmos adquiridos ao longo da sua experiência, mas que poderia ser reestruturada, modificada, sempre tendo esse referencial das universidades, quanto mais autonomia à universidade, tanto mais autêntica ela pode se tornar. Quando entrar, qualquer outra forma, força externa, esse aspecto é modificado, é... digamos assim... controlar o pensamento universitário é um controle de péssima qualidade. Aí que a própria noção de qualidade vai perdendo o seu sentido originário e a sua estrutura de nota. (Entrevista com Leonardo Prota, Londrina, 12/06/2013)*

Enquanto, conforme mencionado, a CAPES pode influir para a diminuição da autonomia universitária e editorial, para a Professora Terezinha Oliveira (EDUEM) atender às exigências das instituições de fomento de pesquisa é uma necessidade eminente, uma vez que são elas que viabilizam tais projetos, ou seja, sem elas não há pesquisa:

*No que diz respeito aos financiamentos, posso lhe assegurar que há uma crescente conquista de financiamentos. Hoje impressionantemente nós temos em relação a 2012, porque como eu estou há dois anos só, eu só posso trabalhar com o período em termos de experiência minha, o índice de financiamento vem crescendo. Hoje nós recebemos em torno de R\$ 300.000,00 de financiamento de órgãos governamentais: CAPES, CNPq e Fundação Araucária, então é um volume bem grande, que nós não tínhamos esse histórico antes. Isso não se deve efetivamente a mim ou ao Alessandro, mas é fundamentalmente à produtividade dos nossos pesquisadores que têm tido como proponentes condições de concorrer no mercado no processo de seleção, em nível de igualdade às vezes, é... e quando ganhamos um edital no CNPq, por exemplo, três revistas nossas que estão no SciELO – (Scientific Electronic Library Online), já é o terceiro ano consecutivo que elas ganham financiamento dos editais do CNPq. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

No entremeio dessa discussão, Leilah Santiago Bufrem alerta: "eu não acho que seja tão problemática a CAPES, ela pode ser financiadora, o problema é reduzir a isso" e, em outro momento, reforça essa ideia:

*Nós estamos vivendo uma época de produção em larga escala, quantitativa, e eu acho que a CAPES é um organismo, como*

*qualquer outro, que é um órgão de fomento e que está cumprindo sua função, embora ela seja um órgão... veja bem, a CAPES somos nós, eu sempre digo “a CAPES somos nós”, nós estamos lá com grupos de trabalho, nós estamos lá avaliando, nós estamos lá também tratando de melhorar esse mecanismo de avaliação. (Entrevista com Leilah Santiago Bufrem, Curitiba, 09/07/2013)*

As exigências das instituições de fomento parecem não ser mecanismo que efetivamente impeçam o desenvolvimento da editora, ao contrário, há quem as considere até um estimulador da produção científica, como é o caso da editora-chefe da EDUEM, Terezinha Oliveira:

*A partir do ano que vem, inclusive a semana passada eu recebi um artigo da FAPESP, que a FAPESP é a mantenedora do Scielo, que é o desejo, o sonho de consumo de todos nós, não é? De todos os editores de periódico entrar no Scielo, é porque aí você tem financiamento, você tem mais procura de autores. O que se coloca efetivamente é que, do meu ponto de vista, a introdução do fator de impacto para os produtos da área de Ciências Humanas é um gargalo terrível? Então não sei se nós não vamos sentir saudades dessa exigência do produtivismo da quantidade, da quantificação. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

Parece então, que longe da preocupação do professor Leonardo Prota, o produtivismo pode ser interpretado como uma faceta positiva, desde que isso garanta à editora expressividade no mercado editorial, ainda que tal visibilidade se restrinja às universidades públicas no Brasil. Em acordo com essa perspectiva produtivista e quantitativa de Terezinha Oliveira, o professor Ivanor Nunes do Prado ressalta que o rápido crescimento da EDUEM deveu-se



principalmente ao atendimento das exigências das instituições de fomento, que deram "uma boa contrapartida":

*A CAPES e o CNPq exigiram a produção, mas também deram uma boa contrapartida, sabe? Aqueles professores que procuraram os editais, que entraram nos editais, eles foram beneficiados pelos recursos, não diria muitos, mas pelo menos o suficiente para fazer livro. Tanto isso que hoje nós produzimos aí, trinta, quarenta, cinquenta livros ao ano. Porque na minha concepção, se eu falar para você humildemente, quando eu cheguei aqui na editora, eu tinha uma promessa lá com o Reitor que durante os cinco anos que eu passaria lá, inicialmente seriam quatro anos, a meta nossa era produzir oitenta títulos no máximo, em toda gestão. Então quando eu terminei a gestão fiquei mais um ano, depois já tínhamos produzido mais de 180 títulos, próximo de duzentos, hoje a editora já produz uns duzentos e cinquenta. (Entrevista com Ivanor Nunes do Prado, Maringá, 04/06/2013)*

Na mesma linha de pensamento, segue Neide Maria Jardinette Zaninelli (EDUEL), que mostra-se receptiva a tais exigências, uma vez que as verbas públicas não faltaram em sua gestão e a administração disso era criteriosamente acompanhada por ela:

*Olha, na questão de recursos financeiros para publicar, na verdade, e para reproduzir, um livro que a gente fica mais com a despesa de gráfico, mesmo, porque nós não pagamos o tradutor, nós não pagamos o autor, então essa despesa é mais para serviços gráficos. Na minha gestão, eu posso falar, tenho toda a tranquilidade de falar, tenho testemunhas e tudo, eu nunca tive problema. Não porque assim eu tive muito apoio da administração da UEL que sempre dá um jeito aqui, dá um jeito ali e já estabelecemos desde a primeira semana praticamente*

*que eu entrei na Editora, eu já fui procurar o Pró-Reitor de recursos financeiros e conversei com ele como eu deveria proceder sempre, como seria minha rotina para que isso não acontecesse, que não faltasse verbas para isso. Em contrapartida eu sempre também fui bem razoável, tentei evitar grandes desperdícios, buscar meios mais econômicos, acho que tive essa confiança do lado deles e eu nunca tive problemas. É lógico que sempre num órgão público uma situação de demorar um pouquinho mais para liberar, mas dava certa quantia de que precisava. (Entrevista com Neide Maria Jardinette Zaninelli, Londrina, 23/07/2013)*

Em contraponto a essa receptividade das exigências das instituições de fomento, que bem podem ser consideradas fatores externos de peso no desenvolvimento da autonomia da editora universitária, Leilah Santiago Bufrem alerta para os perigos da "salamização" do saber, que pode incorrer na produtividade em larga escala sem atenção devida à qualidade do que se produz:

*Quando chegam as obras nas editoras, o que nós temos que fazer, o primeiro crivo que seria, ver se está dentro da política editorial traçada ou não, normalmente existe uma política editorial, nem sempre ela está explicitada, mas ela existe. Então a CAPES se torna um órgão útil, por um lado, mas às vezes as pressões, e dependendo das... dessa política, é maior ou menor a pressão da CAPES, isso pode criar grandes problemas para os professores, claro. Nós estamos sentindo até que há pessoas que ficam doentes, ficam doentes de tanto trabalhar e querem produzir, a tal salamização do saber, o saber repartido. Existem até fenômenos interessantes como uma espécie de compromisso de um grupo de pesquisa. Então cada um escreve um artigo, ou cada dois escreve um artigo e depois eles dividem as autorias, de modo que trabalha assim como escala de produção mesmo para o mercado, o mercado*

*dos bens simbólicos, e que acaba não sendo tão simbólico.  
(Entrevista com Leilah Santiago Bufrem, Curitiba, 09/07/2013)*

As instituições de fomento são compostas por uma série de critérios apresentados às universidades sob pena de qualificação ou não de seus cursos de graduação e pós-graduação, ou seja, o não atendimento a certas determinações pode acarretar na queda do conceito da universidade, o que desencadeia uma série de consequências indesejadas.

Um critério determinante nesse sentido, que pode ser destacado, é *Qualis Livros* (QL), uma espécie de índice de avaliação de livros que sejam produzidos segundo as diretrizes propostas por uma determinada pesquisa em desenvolvimento ou já concluída. Cabe verificar, com mais atenção, de que forma esse mecanismo, sendo um fator externo, influencia o desenvolvimento interno da editora universitária.

### 3.1.2 O efeito "Qualis" na produção acadêmica

Dentro desse contexto, Leilah Santiago Bufrem ainda destaca a pontuação modulada pelo termo *Qualis*<sup>13</sup>, que visa avaliar a qualidade das produções científicas efetuadas pelas editoras universitárias no Brasil:

---

<sup>13</sup> Para o dicionário (latim/português) *Priberam Da Língua Portuguesa*, (2008), o termo latim "qualis" significa que "qualis" é um pronome qua-lis, interrogativo e tem duas definições aceitas: 1) Qual? 2) De que tipo? seguir adjsegclas-PARBI/QUAL. Para a CAPES a definição "Qualis" para periódicos científicos é a seguinte: "Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero." Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 22 fev. 2014. Quanto ao "Qualis Livros" o que se tem é o

*Nessa época todos os grupos de trabalho estão tentando modificar e estruturar o chamado qualis livros, o qualis periódicos já provocou muita celeuma, mas enfim existe, é uma maneira de qualificar esses periódicos para poder mais bem avaliar esses professores. E então eu vejo a questão da CAPES por um lado com otimismo porque nós estamos percebendo, existe uma pressão muito grande, inclusive da comunidade universitária, no sentido de melhora na grade, de criar critérios e até uma política de avaliação mais justa até porque avaliação é necessária, nós não podemos deixar de avaliar. Quando chegam as obras nas editoras, o que nós temos que fazer? Como fazer o primeiro crivo? Ver se está dentro da política editorial traçada ou não, normalmente existe uma política editorial, nem sempre ela está explicitada, mas ela existe. E a CAPES também, com essa questão de qualis livros, pode por um lado prejudicar algumas editoras porque vai exacerbar a diferença entre elas e por outro lado pode estimular. Como eu estava dizendo, já houve organismos de estímulo à editoração universitária no Brasil que foram bem interessantes, enquanto eles, por exemplo, retiraram aquele poder absurdo que tinham os reitores de editar o que bem entendiam, de editar as poesias da senhora reitora (risos), ou os discursos do senhor reitor, então editando o que não havia*

---

seguinte: **EM 01/04/2008 O SR. Renato Janine Ribeiro, então** Diretor de Avaliação da CAPES/MEC, **ATRAVÉS DO OFÍCIO CIRCULAR N° 034/2008/DAV/CAPES**, encaminhou o seguinte ofício: “**Membros do Grupo de Trabalho do Qualis Livros** OFÍCIO CIRCULAR N° 034/2008/DAV/CAPES Assunto: **Qualis Livros** Brasília, 01 de Abril de 2008. Prezado coordenador, Envio, conforme prometido ao término da reunião de trabalho realizada na semana passada com os coordenadores das áreas, dois anexos: Resumo pormenorizado da proposta elaborada, consensualmente, na reunião de 25 de março p.p., por mim redigida e devidamente conferida pelos membros do GT que se reuniu na véspera; Modelo de ficha-padrão para preenchimento pelos programas de pós-graduação, elaborada pelo prof. Emanuel Zagury Tourinho, coordenador de Psicologia, com base na ficha (bem mais longa) de sua área, para que cada coordenador de área possa indicar quais acréscimos sua área necessitaria introduzir na mesma. Aguardamos sua resposta, para a devida totalização, até o dia 15 de abril p.f. Lembramos que sua manifestação pode e deve ocorrer nos seguintes pontos: Acréscimos (ou decréscimos) na ficha de descrição das obras publicadas, atendendo, sempre, às características de sua área (anexo 2); Acréscimos e especificações no documento básico (anexo 1), atendendo às características específicas de sua área; Se for o caso, sugestões de mudança no documento básico (anexo 1). Recordo que o documento básico pretende ser uma plataforma, comum a todas as áreas que valorizam a produção de livros, a partir da qual cada uma desenvolva suas especificidades. Por isso, é importante que ele seja um só e foi por esta razão que o redigimos em termos gerais. Mas nada impede que, se for o caso, ele seja alterado, para todas as áreas ou para algumas. Atenciosamente, **Renato Janine Ribeiro** Diretor de Avaliação CAPES/MEC” (grifos no original). Permanece em discussão, porém, quanto à questão do “Qualis Livros”.

*necessidade de editar porque isso não era... bastava que se imprimissem alguns folhetins e se isso era determinado pela reitoria, não tinha o valor de edição, o valor editorial... não tinha saído de uma decisão de conselho editorial, de uma decisão mais democrática. (Entrevista com Leilah Santiago Bufrem, Curitiba, 09/07/2013)*

No tocante a essa questão, Bourdieu destaca a capacidade de **refração** do campo universitário, que pode reduzir ou mesmo minimizar a perda da autonomia: "Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de *refratar*, traduzindo sob forma específica as pressões ou as demandas externas" (p. 22) (grifo no original).

A capacidade de refração da universidade se expressa, de certo modo, na capacidade de refração de sua editora, afinal, a autonomia desta depende daquela e vice-versa. Ainda em relação ao Qualis, a atual diretora da EDUEL, Maria Helena de Moura Arias, aponta alternativas para que tal normatização não limite ou mesmo impeça a editora de "caminhar pelas suas pernas":

*O que eu estava falando de levar o conhecimento, que essa é a função social, porque a universidade é um local de discussão, é um local de estudos, e o livro está junto. Uma universidade não existiria se não tivesse bibliotecas, se não tivesse livros e livros, agora uma instituição que faz o livro, que gera livros, que tem uma produção de livros, tem um papel mais importante ainda, porque não é toda universidade que tem editora. Deveria contar pontos na avaliação, tanto da graduação quanto da pós-graduação, para as universidades que possuem editoras, existem algumas normas do Qualis Livro que estão mais ou menos fechadas, e uma delas é ser filiada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias, a*

*EDUEL é filiada à ABEU. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

Leonardo Prota, referindo-se à avaliação e exigências que recaem sobre a editora universitária de um modo geral, aponta para a importância de se rever conceitos relacionados à valoração e qualificação:

*Penso que deveria ter uma discussão, mas com mais respeito, não é a minha opinião que visa formalizar esta ou aquela tendência, acho que o que falta à universidade é um terreno mais adequado para uma discussão, uma discussão, não que traduza simplesmente o que dizem os outros, mas uma discussão que diz o que literalmente pode ser considerado como valor ou não-valor. Só acho que a universidade se sente um pouco perdida em geral nesse aspecto, não há uma discussão efetiva que qualifique, às vezes há discussões e simplesmente suavizadas e querem sobrepor o próprio pensamento a outros porque é assim que você adquire uma certa distinção entre as várias entidades ou as várias pessoas, ou seja, temos que chegar a defender o pensamento e não o pensante, isso desqualifica muito o que significa qualidade ou não-qualidade. (Entrevista com Leonardo Prota, Londrina, 12/06/2013)*

Já para Neide Maria Jardinette Zaninelli o fato de a editora procurar atender às normas do *Qualis Livro* não impede que ela mantenha ou adquira sua autonomia, mas interfere no enfoque da política editorial:

*Olha, na época da nossa gestão estava-se no auge dessas discussões então tinha muita editora preocupada com isso, mas não tinha realmente definido pelo *Qualis Livro*. Tentei até assistir algumas palestras, buscar informações sobre esse*

*assunto, a ABEU mesmo também pediu para a CAPES apresentar para as editoras o que seria avaliado, mas mesmo assim, já algumas editoras começaram a trabalhar em prol disso, de pontuação. Não acredito que perde a autonomia, mas perde um pouco assim, do foco de uma política editorial, publicar para adquirir pontuação para os programas de pós-graduação e para a própria editora, porque a editora também ganharia pontuação. (Entrevista com Neide Maria Jardinette Zaninelli, Londrina, 23/07/2013)*

Se suave ou não, se interferem ou não, o fato é que as normas pré-definidas do *Qualis Livro* são difundidas a passos largos entre as editoras universitárias públicas, o atendimento a elas continua sendo ainda uma alternativa, até porque não estão ainda totalmente definidas. No entanto, o que parece não ser de solução fácil e realmente dificulta a dinâmica de uma instituição dessa natureza é a dificuldade na comercialização dos livros produzidos por ela.

### 3.1.3 A comercialização de livros

Como exemplo pragmático dessa capacidade de refração, Leilah Santiago Bufrem cita a editora universitária paulista, EDUSP, de que é possível uma editora pública desenvolver mecanismos que lhe permita não só sobreviver às pressões como sobrepô-las, a partir de um esquema de distribuição de livros eficaz:

*Você veja a Editora da USP tem uma distribuição fantástica, e ela tem livrarias importantes, interessantes no campus, nós também temos livrarias no campus, mas eu acho que isso é um*

*diferencial, não é? E não é uma exigência que se imponha à editora para as que estão nascendo, se fortalecendo, se estruturando. (Entrevista com Leilah Santiago Bufrem, Curitiba, 09/07/2013)*

Pelo comentário acima, parece que a grande maioria das editoras públicas encontra enorme dificuldade para a comercialização e distribuição dos livros em um país de dimensões continentais como o Brasil, com exceção da acima citada (EDUSP). Porém não são somente as públicas que sofrem com esses entraves e dificuldades, que acabam por si só por tornar-se uma exigência.

Isso não está apenas ligado à rede pública de distribuição, pois pesquisadores que lançam livros em editoras privadas de alcance nacional também encontram dificuldades de comprar os próprios livros da editora privada que os editou, tendo que se submeter a comprar as próprias obras das distribuidoras que distribuem seus livros em suas regiões, pois muitas dessas distribuidoras possuem contratos de exclusividade de distribuição em determinadas regiões do país.

Se esse é um fenômeno que acontece com as editoras privadas, muitas delas de renome nacional, com as editoras públicas as dificuldades são ainda maiores, sobretudo as editoras universitárias em formação. Esse é um forte fator de impedimento no que se refere à autonomia no campo financeiro delas, pois o que se observa é que esse mercado é sistematicamente profissionalizado e nele só sobrevive quem tem profundo conhecimento do mercado editorial brasileiro. No caso das editoras universitárias, elas só



sobrevivem, com exceção das três paulistas que já estão profissionalizadas, porque contam com o subsídio das respectivas universidades públicas.

Voltando o foco para as editoras paulistas, em se tratando de autonomia financeira, para Ruth Setoguti (EDUEM) elas parecem ter encontrado outras saídas alternativas para a limitação de produção e distribuição de livros, o que se observa em seu discurso ao enfatizar que a publicação de obras consagradas ou de referência poderia contribuir para a autonomia financeira:

*Se a gente pegar o catálogo da USP, o catálogo da Editora da UNESP até tem uma produção de professores que se transforma em livro, mas a grande maioria não, então tem obras universais, obras estrangeiras traduzidas que sustentam a editora, eu acho que tem que ser esse caminho. (Entrevista com Ruth Setoguti, Maringá, 04/06/2013)*

Ainda segundo essa questão, Maria Helena de Moura Arias (EDUEL) reitera a expressiva participação da EDUSP e da EDUNESP no mercado editorial universitário no Brasil, por já terem alcançado nível de profissionalização efetivo, fato esse que as consolidou nesse mercado, o que não acontece ainda com as paranaenses:

*Todas as editoras, por ser editoras, ocupam espaços ínfimos nas universidades, eu não sei quanto aos outros Estados, mas no Paraná é assim, aqui na UEL é assim, eu acredito que sejam todas assim, e têm problemas de recursos humanos, têm problemas de equipamentos. São geradoras de recursos e têm essa função social da Instituição; a Editora tem esse caráter de levar o conhecimento para o público mais amplo, então o que vejo é que falta visão dos administradores das instituições e do Estado em relação às editoras. Se a Editora*

*fosse pensada como geradora de recursos, porque ela vai pegar o conhecimento institucional, vai fabricar, entre aspas, um produto que vai ser vendido, que vai ser comercializado – isso vai gerar recurso, vai trazer recurso de volta para a editora, para que ela se mantenha, e para a instituição. O Estado de São Paulo já percebeu isso, como sempre eles estão à frente, as editoras universitárias paulistas são as maiores, UNESP, USP, UNICAMP já têm um esquema forte de comercialização. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

A diversificação do catálogo e o esquema estruturado de comercialização de livros são fatores apontados como diferenciais que viabilizam a dinâmica nas editoras públicas paulistas. Nesse sentido, a comercialização é outro gargalo que as editoras universitárias públicas paranaenses enfrentam, oriunda da limitação que o financiamento público impõe à venda dos livros editados por instituições dessa natureza.

O exemplo aqui referido, no Paraná, é a exigência da Fundação Araucária de proibir a venda dos livros por ela financiados, pois livro que não é vendido é livro escondido, prejudicando assim a editora e seu autor. Outro fator que se observa dessa situação é que o livro quando doado perde seu valor simbólico de valoração pelo preço, por menor que ele seja, além disso, como não tem valor de venda, não aparece no catálogo das editoras e perde a oportunidade de circular em nível nacional.

Outra dificuldade que as editoras universitárias encontram é com relação ao público interno, que por não conhecer o mercado editorial brasileiro, pensa que se as editoras universitárias paranaenses no campo editorial e na competição do mercado de livros comercializados nas livrarias de todo o país,

poderiam resolver de alguma forma essas dificuldades através do comércio de livros digitais, quando a realidade do mercado editorial brasileiro é muito diferente dessa ideia. Comum nos meio acadêmicos menos informados, essa postura se parece muito mais com uma tentativa de atender demandas de organismos de fomento do que propriamente do grande mercado editorial, que deveria ser o determinante de uma editora que se pretende autônoma em todos os níveis. Mesmo porque a proposta de uma editora universitária não deveria ser a de atender, pelo menos precipuamente, exigências institucionalizadas de organismos de fomento e programas de pontuação para a aquisição de verbas públicas e outros pretendidos privilégios ou reconhecimentos.

A mesma Maria Helena de Moura Arias atenta para o contraditório fato de que livros financiados por determinadas instituições de fomento não podem ser comercializados, causando desgaste e custos adicionais, o que impede uma série de ações dentro da editora. Ainda que esse livro seja inserido eletronicamente, de forma gratuita em formato PDF, ele perde seu valor de mercado e também simbólico de importância da obra. O livro eletrônico no Brasil ainda não encontrou seu espaço de consumo junto ao grande mercado, sobretudo nas editoras universitárias paranaenses que carecem dessa tecnologia, no que se refere a atender esse público ainda em formação, e por isso mesmo não consolidado:

*O recurso da Araucária é só para pagar a impressão do livro. Só que existe todo um custo: da edição do livro; da parte de revisão; da editoração, existe um custo indireto, só que a Editora não recebe absolutamente nada, ela tem que entregar*

*o livro pronto, daquele autor, porque ela, a Araucária, está financiando a impressão do livro, e quem paga a sua impressão é a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, não é a Editora. É paga diretamente para a Gráfica, e mais ainda, depois que o livro ficar pronto, a Editora não pode vender o livro, ele não é vendido, e, na minha opinião, livro que não é vendido é livro escondido. Eu acho, se você quer esconder o livro, apesar de parecer o contrário, é só distribuí-lo gratuitamente. Então esse livro de distribuição gratuita tem o momento dele, mas passou uma semana, acabou. Eles somem, porque se você não vende, ele não vai para a mídia, ele não vai para site de venda, ele não vai para as listas de programas de pós-graduação. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

Sob essa questão, Neide Maria Jardinette Zaninelli complementa a fala de Maria Helena de Moura Arias, citando, por exemplo, a tentativa de se resolver essa questão recorrendo a associações específicas como a ABEU, no intuito de reivindicar medidas que facilitem a venda de livros financiados com verba pública:

*Então complicava, se não me engano era a UNIOESTE que tinha praticamente todos os livros deles financiados pela Fundação Araucária e então eles não podiam nem participar de feiras, bienal, terem um catálogo para divulgar seus títulos. E aqui na nossa Editora também acontecia, mas eram bem assim, poucos títulos por ano, mas mesmo assim, aqueles títulos que eram publicados, financiados pela Fundação Araucária nós também não podíamos comercializar, então a gente levava todos os títulos quase para uma feira e aquele não podia levar, porque não podia vender. O livro desapareceu; aí o que aconteceu, como nós estávamos na diretoria da região Sul da ABEU, nós reunimos todas as editoras da região Sul do Brasil, do Paraná, todas, e fomos conversar com a presidente*

*da Fundação Araucária, nós apresentamos um documento, enquanto editoras e enquanto representantes da associação da ABEU, pra resolver essa situação, colocamos algumas sugestões e não chegamos, na nossa gestão, a ter alguma resposta, não sei depois o que aconteceu. Até hoje é assim ainda, será? (Entrevista com Neide Zaninelli, Londrina, 23/07/2013)*

De fato, atualmente a situação não mudou e as editoras continuam reivindicando a possibilidade de pelo menos vender um percentual dos livros financiados pela Fundação Araucária. Ivanor Nunes do Prado (EDUEM) alerta para a dificuldade de se comercializar o livro produzido pela editora universitária:

*O que penso do livro? Que você tem que saber também comercializar. Esse também é o grande problema do setor público, tem inteligência, você sabe produzir, mas na hora de você comercializar é muito ruim, não porque as pessoas não saibam fazer isso, as burocracias em torno do... eu levei três anos pra conseguir cartão de crédito. Por quê? Tinha que pagar 5% e a administração da universidade achava que tinha que ser isento, comércio é comércio. Quando a gente fazia feiras aqui, sempre a gente fazia uma feira por ano. Primeiro vendia 1.200 livros, 1.300, depois subiu pra 1400, só fomos atingir um volume relativamente bom, que eu achava naquela época, quando se conseguiu o cartão de crédito, porque hoje é uma facilidade, você entra no táxi hoje tem cartão de crédito. (Entrevista com Ivanor Nunes do Prado, Maringá, 04/06/2013)*

Como se não bastasse a dificuldade em comercializar o livro produzido pela própria editora, ainda há um agravante nesse setor: a dificuldade ou mesmo impossibilidade de se emitir Nota Fiscal. Fato que faz "encalhar" uma

quantidade significativa de livros, que não podem ser sequer anunciados pelos meios de comunicação de que a editora disponibiliza.

#### 3.1.4 O gargalo da Nota Fiscal

A dificuldade “legal” de se trabalhar com cartões de crédito, que de certa forma foi solucionada a título precário por EDUEL e EDUEM, aponta para outro fator de igual natureza, mas nem por isso menor, que é a dificuldade de a editora universitária emitir Nota Fiscal. Maria Helena de Moura Arias relata sobre essa dificuldade:

*Outra contradição com relação aos órgãos de fomento: determinado pesquisador recebe recursos para o projeto dele, e tem recursos para a compra de livros, aí ele compra da Editora, mas o órgão que liberou aquele recurso, exige que ele preste contas com a Nota Fiscal da compra. Quer dizer, ele vai comprar só em editora comercial, ele não vai comprar em editora pública, ou livraria de uma editora pública, porque não emite a Nota Fiscal. Então é uma contradição, o órgão público não vende para os próprios órgãos públicos por causa dessa limitação. Isso eu estou falando aqui no Paraná, das nossas Editoras. Nós tivemos um caso de uma autora de livros infantis, autora da Editora, que queria comprar os próprios livros, para um projeto dela, ela tinha recursos da CAPES, não pôde comprar porque nós não tínhamos Nota Fiscal. É uma coisa, assim, parece até uma piada, é contraditório, os autores que querem ir até a livraria comprar os livros da livraria, os pesquisadores, que têm interesse, livros de editoras universitárias, de outras editoras: “eu vou fazer minhas compras por aqui”. Não pode, porque nós não temos Nota Fiscal. Então já passou do momento de ter essa Nota Fiscal. É*

*uma situação assim, é muito grave isso. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

Terezinha Oliveira explica a saída que a EDUEM encontrou para solucionar este problema, ainda que sazonalmente:

*É, no nosso caso, basicamente a Nota Fiscal, quando não tem o financiamento do CNPq ou da CAPES, nós conseguimos a Nota Fiscal no momento... e é esse que eu estava dizendo que é um dos nossos gargalos, no pagamento da gráfica. Nós pagamos a impressão porque nós não temos gráfica, quer dizer, a Editora, a universidade tem uma gráfica, mas nós não fazemos. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

A gráfica contratada para fazer os serviços gráficos da Editora cede a Nota Fiscal para a EDUEM, que consegue, assim, vender os livros quando há a exigência precípua de Nota Fiscal, de qualquer forma essa é ainda uma medida paliativa que não soluciona o problema em definitivo.

Como citado anteriormente, Maria Helena de Moura Arias (EDUEL) também confirmou esse entrave e destacou as consequências que esse impedimento burocrático acarreta ao processo de venda dos livros, sobretudo quando um pesquisador possui verba de um projeto para a compra de livros e não pode fazê-lo junto à editora pública, porque ela está impedida de emitir Nota Fiscal. Esse entrave acarreta uma situação esdrúxula, isto é, a de o Governo não poder vender sua produção literária para o próprio Governo.

A ex-diretora Neide Maria Jardinette Zaninelli (EDUEL) aponta que algumas editoras universitárias públicas conseguiram superar essa dificuldade,

de um modo que ela não consegue expressar, mas sugere que se há um meio, é possível descobri-lo:

*Agora a solução eu acredito que exista, sabe, porque eu ainda consegui encarar isso daí porque numa das reuniões da ABEU, nesses encontros, teve um tema em cima desse problema, porque é o de várias editoras, que não conseguem ter Nota Fiscal, uma nota de comércio, então uma fundação que era de Santa Maria, que é fundação de uma universidade, federal ainda, ela emitia Nota Fiscal. Se ela emitia é porque achou alguma maneira de fazer isso e com certeza deveria ser uma maneira lícita, e então essa palestra ajudou para algumas pessoas, mas aqui na UEL na época, na UEL não, na FAUEL nós não conseguimos, estudaram na época, estudaram o que poderia ser feito e a gente colocou essas pessoas que deram essa palestra para o pessoal da ABEU em contato direto com os da FAUEL para ver se eles se entendiam, conseguiam falar a mesma língua, parece que até hoje não conseguiu?*  
(Entrevista com Neide Maria Jardinette Zaninelli, Londrina, 23/07/2013)

A FAUEL (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina) não encontrou uma solução viável para o problema e considerou essa questão, para ela, pauta vencida, e como esse caminho ficou inviabilizado, a EDUEL ainda não conseguiu solucionar a questão.

Se o problema permanece para as editoras universitárias paranaenses, não parece ser o caso da internacionalização da produção científica, fato que se refere à tendência de as universidades assumirem uma postura político-educacional de se empenharem na tradução ou mesmo produção editorial na língua internacional do mercado editorial, no caso, o inglês.



### 3.1.5 A internacionalização da produção científica

Outro fator externo que tem solapado a editora universitária é a tendência à universalização da produção científica e que aos poucos tem tomado o pensamento das instituições de fomento no Brasil. Nesse sentido, as opiniões entre os entrevistados se dividem, ainda que nem todos tenham se pronunciado a respeito, o professor Leonardo Prota (EDUEL) esclarece seu posicionamento:

*Bom, eu posso falar ao meu respeito, dos outros não posso falar, o meu respeito é o seguinte, eu vesti a camisa brasileira, mas bem vestida mesmo, ninguém tira mais essa camisa, eu sinto-me efetivamente brasileiro, sem ter deixado naturalmente a minha nacionalidade e a minha fortuna italiana porque isso está no sangue, mas hoje penso e sou agido como brasileiro, tanto ao avaliar a nossa política, avaliar a nossa postura de uma civilização que está se estruturando de maneira mais formal, como também analisando outros aspectos da nossa civilização, de modo particular a educação. Eu tenho estudado muito o problema educacional brasileiro e ultimamente estou com uma decepção tremenda a esse respeito, fala-se muito em qualidade, mas não se sabe o significado de qualidade, qual o nível efetivamente que diz que há qualidade? Parece bem que o conceito qualidade seja tão bem generalizado que perdeu a sua especificidade, mas nesse ponto sou brasileiro 100%<sup>14</sup>. (Entrevista com Leonardo Prota, Londrina, 12/06/2013)*

Apesar das considerações pessoais, Leonardo Prota deixa entrever que se houver espaço para o desenvolvimento do pensamento brasileiro, com vigor na academia, as editoras do setor poderão explorar e desenvolver isso de

---

<sup>14</sup> O professor Leonardo Prota relata na entrevista que é italiano naturalizado brasileiro, o que explica sua afirmação no fim deste trecho de sua fala.

forma viril. Dessa forma, acredita ele, que se poderia gerar uma tendência junto aos pesquisadores do país e fora dele, levando inclusive organismos de fomento nacionais e até internacionais a apoiar esforços dessa natureza, fortalecendo-as no sentido de dar valor simbólico diferenciado a essas editoras, sua produção e aos pesquisadores/autores das obras por elas editadas.

No entanto, o desenvolvimento do pensamento brasileiro que envolva os usos e costumes do país e seu povo, desenvolvido por pesquisadores brasileiros e de outros países, conforme defende Leonardo Prota, tem cedido espaço à preocupação em atender às necessidades de mercado, tanto ao mercado editorial do país quanto ao mercado de valor simbólico de pontuação dos órgãos de fomento que financiam suas pesquisas.

Considerando-se, porém, que o campo científico é internacional, surge a preocupação de atender às necessidades do mercado acadêmico, com sua pressão externa, que propõe que o conhecimento científico deva ser divulgado no mundo via língua inglesa e por meio das revistas científicas. Em defesa dessa linha, situam-se a professora Terezinha Oliveira e o professor Ivanor Nunes do Prado, da EDUEM, uma vez que no estatuto da Universidade Estadual de Maringá consta um item voltado à internacionalização da instituição, portanto ambos voltam-se para essa questão com empenho, conforme Ivanor Nunes do Prado:

*Então foi entrando o Brasil Scielo, aí veio depois o Scopus, uma base americana, depois você tem o Easy. Hoje tem o Redallic no México, e por aí vai se aglomerando tudo, esses, indicadores, chamam de bibliométrico, eu não gosto muito dessa palavra, são os indicadores aí. Em função disso as universidades, algumas, nem todas, mas algumas*

*universidades começaram a se preocupar, começaram a investir nessa parte. (...) Quando eu assumi a Editora tinha revista que tinha dois anos de atraso. Hoje na nova concepção você entra no sistema meu aqui, eu vi que tem revistas aí internacionais que no mês de outubro de 2013 estão no ar, já estão online, vão ser consultadas, isso foi um avanço muito grande. Foi muito rápido. E também por outro lado o Estado, vou falar em Estado, Federação, o Estado do Paraná, acordaram um pouco e fizeram bons investimentos e nós temos que reconhecer, que de oito, seis anos para cá o Brasil tem disponibilizado mais recursos para ciência, de modo geral e particular também por causa desses periódicos. Então esse é um processo que foi muito rápido, só que o problema agora são as exigências, cada dia mais. Eu me lembro, me recordo muito bem que quando assumi a Editora você tinha que ter um periódico com formato, um padrão em dia e mais ou menos seriam essas exigências. Hoje não, hoje o periódico dentre tudo isso, o mínimo que tem que ter, tem que respeitar o quê? A qualidade da produção científica, a internacionalização, hoje não se faz mais periódico em português, nenhum, então quer dizer, vírgula, mas os periódicos que estão querendo entrar nesses indexadores, entrar nesse espaço, hoje são todos em inglês, todos, ou já indexados e não-indexados. Vou pegar o exemplo da revista, em Maringá você tem oito revistas hoje, das quais cinco têm indexação, uma mais indexada, outra menos indexada, com maior fator de impacto, outro com menor fator de impacto, mas toda revista que está indexada e tem fator de impacto, todos, todos, tudo em inglês. (Entrevista com Ivanor Nunes do Prado, Maringá, 04/06/2013)*

Endossando o discurso de Ivanor Nunes do Prado, Terezinha Oliveira mostra-se preocupada em dar continuidade ao trabalho do ex-diretor da EDUEM, a fim de manter o que acredita ter sido um grande avanço da Editora nos últimos anos:

*A gente tem procurado manter o ritmo de produção que o Prof. Ivanor já tinha implantado na Editora. Quando assumi o cargo de Editora Científica, eu e o Prof. Alessandro combinamos que ele iria ficar cuidando, mesmo com o cargo da direção, ele ficaria cuidando das revistas, de cinco revistas que vocês, o portal de periódicos nosso da universidade nós temos seis, oito revistas no portal, que são as “Actas”. E eu... como ele é da agronomia, da área das ciências mais duras, ele ficou com as revistas mais próprias do eixo de publicação de periódicos, e eu me responsabilizo pela publicação de livros, da editoração e publicação dos livros, e pelas revistas, as três revistas de humanidades que nós temos no conjunto das Actas: a de Linguagem, a de Ciências Humanas e a Education. Eu penso que o mercado editorial hoje no Brasil tem uma dinâmica própria e é um mercado, como o Brasil hoje se desponha numa das maiores potências, não no âmbito das questões sociais, mas nas questões econômicas e políticas, o mercado editorial acompanha essa pujança. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

O que se destaca, sobretudo no que tange à Teoria do Campo Literário de Bourdieu, é que Terezinha Oliveira reitera o discurso do ex-diretor, Ivanor Nunes do Prado, no intuito de mostrar que há uma continuidade consciente e favorável à internacionalização da produção científica na EDUEM, uma vez que tal aspecto compõe o regimento interno da própria universidade:

*A Reitoria tem trabalhado com esse desejo de internacionalização da Universidade, o que eu acho extremamente positivo e a Editora, na medida em que é possível, tem colaborado com esse projeto maior, que é da Reitoria, que é o projeto amplo para a Universidade. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

Assim sendo, será que a internacionalização pode ser considerada um fator limitante na produção científica da editora universitária, ainda que não a impeça de seguir na busca da sua plena autonomia? Segundo o pensamento defendido por Terezinha Oliveira e Ivanor Nunes do Prado, **não**, pois para eles a internacionalização, por ser uma tendência, influencia para que sejam publicadas as obras resultantes de pesquisas reconhecidas internacionalmente. Essa é a tendência hoje do mundo acadêmico em escala global, tendência essa afinada à nova realidade mundial da qual a UEM se esforça por participar, inclusive estatutariamente. Se é essa a diretriz dessa universidade, é, por consequência, a diretriz que a EDUEM deve seguir, pois a autonomia a ser alcançada e preservada, acima de tudo, é a da UEM. Outra questão a se levantar, no entanto, é da responsabilidade de a editora produzir, ou não, revistas e/ou livros.

### 3.1.6 O impasse entre revistas e livros

Conforme apontado no capítulo anterior, a EDUEM dedica-se à produção e veiculação de revistas e livros, enquanto a EDUEL publica apenas livros, as revistas ficam por conta de uma das diretorias da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UEL e dos departamentos específicos de cada centro de estudo. Essa diferença de postura mostra que de certa forma, as editoras gozam de uma autonomia quando o assunto é escolher quais setores ou departamentos se encarregarão de determinada produção editorial.

Para Maria Helena de Moura Arias (EDUEL) as revistas contam com um público muito restrito, o acadêmico, ao passo que o livro circula e ao mesmo tempo torna-se uma espécie de cartão de visita da Editora:

*Então nós vemos como os livros são objetos que vão para as feiras, para serem comercializados, as pessoas terão acesso, um público muito maior terá acesso, leigos inclusive. Eu acho que tem que frisar isso aí, esse é o papel institucional da Editora também. A revista fica muito restrita àquele público muito específico, então você vê autores que estão migrando de publicação de revista para livro, porque perceberam que o livro é muito mais acessível, as pessoas podem ter maior acesso, claro, só se for áreas, mesmo as áreas mais específicas, entendeu, é mais aberto, o tempo de duração do livro, o alcance, essa é a preocupação quando o autor vem aqui, se ele está com pressa, eu falo: “professor, isso aqui é um livro; livro, ele está acima de tudo, ele está acima da instituição inclusive, porque ele vai sair daqui e vai cumprir o papel dele externamente”, então, para nós, são todos livros, e feito com muito rigor, e tem dado certo dessa forma, eu acho que essa receita a Editora tem que continuar cumprindo, para crescer. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

Na defesa da publicação de revistas como um mecanismo propulsor da elevação da qualidade de cursos e da universidade como um todo, Terezinha Oliveira (EDUEM) ressalta que os avanços da EDUEM se devem justamente ao reconhecimento que suas revistas acadêmicas vêm atingindo ao longo dos anos:

*(...) e quando ganhamos um edital no CNPq, por exemplo, três revistas nossas que estão no SciELO – (Scientific Electronic Library Online), já é o terceiro ano consecutivo que elas ganham financiamento dos editais do CNPq. Isso está*

*vinculado à qualidade da revista, aos indexadores, mas também ao currículo do proponente, então na verdade a Editora cresce, mas ela cresce em conjunto com os pesquisadores, então não há essa dissociação entre a Editora e os pesquisadores que encaminham as propostas de livros. (Entrevista com Terezinha Oliveira, Maringá, 04/06/2013)*

No ritmo da vertiginosa publicação de revistas reconhecidas, Ivanor Nunes do Prado destaca justamente a agilidade com que a EDUEM alcançou destaque no cenário nacional.

Já para Leonardo Prota (EDUEL) as revistas são efêmeras e por isso mesmo não dão conta de divulgar o conhecimento científico, tal como os livros. Ele não é contra a publicação destas, mas alerta para a diferença extrema de durabilidade de ambas as produções:

*Bom, as revistas, às vezes são mais passageiras porque depende muito de uma estrutura específica de uma determinada corrente ou de um determinado modo de pensar ou de um grupo que se uniu em torno de uma ideia a ser difundida, divulgada. Portanto, não penso que não deva publicar revistas porque traduz um pouco os vários aspectos da formação, mas livros? Eu acho que devia continuar sim, estou vendo que está se abandonando um pouco a produção, no sentido de contar com uma editora da UEL e vai ser procurada, naturalmente, outras editoras. Eu penso que o Conselho Editorial da EDUEL tem uma função específica de verificar o que pode, o que deve e como deve ser publicado uma revista viva, assim própria de um pensamento que nasce, que se desenvolve na estrutura da UEL. Portanto, só concluindo, devemos de pari passu dar como publicação de livros como também de revistas, embora as revistas possam ser um pouco mais efêmeras na sua continuidade, dependendo muito do grupo*

*que a está divulgando. (Entrevista com Leonardo Prota, Londrina, 12/06/2013)*

Entre revistas e livros, nenhum dos entrevistados descarta aquelas em detrimento destes, apenas alguns deles se mostram um tanto reticentes com a efemeridade da natureza da revista e sua limitada abrangência de leitores. Afora isso, ambos continuam e continuarão sendo parte do catálogo da instituição, quer seja pela veiculação desta ou de outro setor da instituição universitária, que no caso da UEL, opera a divulgação das revistas através da sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

### 3.1.7 A organização e a estrutura da editora universitária

Outro aspecto levantado por alguns entrevistados é o fato de normalmente a editora pública surgir como um órgão integrado da universidade, no entanto, sem uma prévia estruturação e planejamento. Ou seja, sua atuação vai se ajustando ao sabor das tendências, o que lhe confere instabilidade e a deixa vulnerável às pressões externas, como aponta Neide Maria Jardinette Zaninelli (EDUEL):

*É, nós trabalhamos no início buscando dar uma estruturada na Editora, no sentido de organizar, dar algumas formas porque muita coisa acontecia assim sem muito padrão, sem uma política definida. Quando acontecia um episódio que não tinha um padrão, se fazia conforme acontecia. Então nós demos uma padronizada. Tentamos buscar um pouco da história da Editora, porque nem os livros que a Editora havia publicado tinha separado um exemplar que fosse para o acervo interno.*



*Aí nós montamos aquela estante que até hoje fica na sala da Diretoria, resgatamos alguns títulos que já tinham se esgotado, buscamos em algumas livrarias que tínhamos consignação para montar esse acervo dos livros publicados pela EDUEL. Então de forma geral eu usei práticas administrativas, porque na verdade o Diretor da EDUEL faz tudo, ele é um diretor executivo, é o editor-chefe, e mais outras coisas e operacional, então você tem que por a mão na massa mesmo, mas ali eu sinto que a parte de direção fica até mais para parte diretor-executivo, porque por editor-chefe ele tem todo um apoio, um apoio técnico, um apoio científico, que é tanto do Conselho Editorial, que é formado pelos indicados de cada Centro de Estudos da UEL, como têm os pareceristas que fazem as avaliações das obras. Então nessa parte o editor-chefe não interfere tanto quanto numa editora particular, que é o editor-chefe que decide, ele que busca, então fica mais ou menos a parte executiva e administrativa, que é maior do que a do editor-chefe. Então ele faz esse papel enquanto presidente da comissão, buscar parceiras, buscar alguns títulos, para ver quem tem interesse de publicar. Então ali desenvolve essas duas funções. (Entrevista com Neide Maria Jardinette Zaninelli, Londrina, 23/07/2013)*

Em relação ao posicionamento das editoras universitárias ante a universidade, a diretora Maria Helena de Moura Arias (EDUEL) faz uma triste constatação:

*Todas as editoras, por ser editoras, ocupam espaços ínfimos nas universidades, eu não sei quanto aos outros Estados, mas no Paraná é assim, aqui na UEL é assim, eu acredito que sejam todas assim, e têm problemas de recursos humanos, têm problemas de equipamentos. São geradoras de recursos e têm essa função social da Instituição; a Editora tem esse caráter de levar o conhecimento para o público mais amplo,*

*então o que vejo é que falta visão dos administradores das instituições e do Estado em relação às editoras. (Entrevista com Maria Helena de Moura Arias, Londrina, 08/05/2013)*

No que diz respeito ao modo de gerir a editora, Leilah Santiago Bufrem destaca a ausência de uma formação específica no desempenho das funções que compõem uma editora, o que ela pôde comprovar ao visitar editoras no Brasil todo. Traçando um paralelo nesse quesito, ela observa que:

*E eu consegui analisar todos esses regimentos e eu percebi, isso que você percebeu entre as editoras do Paraná, eu percebi na época entre as editoras do Brasil. Eu procurava um modelo, mas o que eu consegui foi um antimodelo. Porque todas as grandes diversidades que eu percebi, “mas como é que pode uma tem dois funcionários outra tem oitenta?”. A estrutura é totalmente diferenciada, o tratamento dos originais, a busca por originais, algumas mais agressivas procurando o professor diretamente, ou o professor ou o autor. Algumas já com uma espécie de equaly editor, aquele editor que vai em busca de, aquela pessoa que vai à caça, o caçador de livros, o caçador de originais. E hoje são bem mais passivas, esperando... aliás, às vezes a demanda é muito grande, porque quando eu criava a editora (Editora da UFPR), já havia milhares de professores querendo editar e até em posições de reitor, etc... (Entrevista com Leilah Santiago Bufren, Curitiba, 09/07/2013)*

Certas editoras surgem ligadas à reitoria ou a um órgão já existente da universidade, para então, com o tempo, adquirirem o *status* de órgão suplementar ou mais independente, é o caso da EDUEM, que conforme Ivanor Nunes do Prado ressalta:

*As editoras, elas sempre estavam ligadas às pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, elas eram um anexo da pró-reitoria. Então o pró-reitor, ele que se... gerenciava isso daí. Na Universidade de Maringá, já em cinco, seis vezes que eu assumi, a Editora, ela... deixou de fazer parte da Pró-Reitoria, ela virou um Órgão Suplementar da Reitoria, onde o diretor tem um diálogo direto com o Reitor, isso foi um, na UEM foi um avanço muito grande. (Entrevista com Ivanor Nunes do Prado, Maringá, 04/06/2013)*

Em linhas gerais, não apenas a organização como todos os aspectos destacados anteriormente se fazem sentir no cotidiano da editora universitária, sobretudo a paranaense, o que mostra a urgência de se implementar de fato uma política editorial eficaz, na busca pela aquisição, cada vez maior, da autonomia e de seu fortalecimento no mercado editorial enquanto editora que produz e "vende" conhecimento científico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do escopo teórico, adotado neste trabalho, sobretudo a teoria das representações sociais de Bourdieu, as entrevistas das pessoas ligadas ou que se ligaram às Editoras EDUEL e EDUEM, foram analisadas não só enquanto documentos, mas também segundo seu caráter de relato sob a perspectiva da gestão de diretores das editoras universitárias em questão, além de Leilah Santiago Bufrem que contribui na condição de teórica e também de Diretora fundadora da Editora da UFPR.

Vale ressaltar, para fins de esclarecimento final, que a expressão "política editorial", do ponto de vista dos editores, indica a linha adotada pela editora universitária, em outras palavras, tal aspecto se evidencia pelas informações contidas tanto na *home page* de cada editora, bem como no material de divulgação de seu acervo bibliográfico. Na EDUEL, por exemplo, conforme entrevista concedida por Maria Helena de Moura Arias, os livros infanto-juvenis estão inseridos em projetos ligados ao Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), que inclusive conta com um Conselho Editorial específico.

Nesse sentido, de acordo com os exemplos mencionados pelos entrevistados, e sobretudo, pela obra de Leilah Santiago Bufrem em nível de Brasil, há editoras que só publicam livros de sua região, outras livros de qualquer parte do país. Enfim, ainda que essa opção varie, especificamente as editoras universitárias paranaenses parecem manter uma linha em comum: a publicação de livros e revistas de cunho científico, que de certa forma atendam às exigências da CAPES.

O que se ressalta, no entanto, é que manter política editorial não garante uma política pública, uma vez que aquela está relacionada ao *modus operandi* interno da editora (criação e divulgação do catálogo da editora), enquanto que esta implica a comercialização de livros, o qual envolve questões pontuais como a dificuldade de emissão de Nota Fiscal, por exemplo, destacada por alguns entrevistados.

Nessa medida, nota-se a partir do discurso dos entrevistados, uma vez que são ou foram gestores de editoras universitárias paranaenses, que muitos não têm clareza quanto ao que de fato seja uma política editorial, ou se a tem, não conseguem desenvolver um sistema eficaz, capaz de efetivar sua autonomia. Ou seja, se uma editora universitária pública tem as linhas do catálogo de livros bem definidas não significa que a política editorial delas consubstancie-se numa Política Pública de Estado.

A necessidade de definição de uma política editorial está inserida dentro de um contexto maior de Política Pública de Estado, respeitada e ressalvada a autonomia universitária e a política editorial específica de cada editora pública paranaense, no entrelaçamento dos discursos dos entrevistados. Notam-se, portanto, problemas em comum que se cristalizam com o passar do tempo e acabam por limitar a atuação da editora universitária (se não todas, ao menos grande parte), comprometendo-lhe a autonomia e conseqüentemente reduzindo sua produção cultural e científica à satisfação de jogos de poder, intrínsecos, na batalha do campo universitário, conforme alerta Bourdieu:

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior

entre um campo e um jogo (que não deverá ser esquecida por aqueles que se armam da teoria dos jogos para compreender os jogos sociais e, em particular, os jogos econômicos) é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo. (1996, p. 29)

Os aspectos destacados pelos entrevistados presentes nas editoras universitárias em questão: dificuldade na emissão de Nota Fiscal e comercialização dos livros produzidos; tendência à internacionalização da produção científica; falta de estruturação prévia e formação continuada dos profissionais que atuam na editora; o apego ao produtivismo que tende ao quantitativo e não à qualidade do que se produz; podem ser vistos como problematizações positivas ou não. Seja como for, o importante, como alerta Bourdieu, é analisar o campo universitário, no caso o editorial paranaense, tal como ele é, sem as idealizações que lhe são conferidas pelo senso comum.

Ainda que os discursos apresentados aqui apontem diferentes problemas e soluções, o que fica evidente é a necessidade de se preservar ou mesmo resgatar a autonomia da editora universitária, para que ela possa de fato exercer a função que lhe cabe na sociedade: produzir e divulgar conhecimento de qualidade. Nesse sentido, Leilah Santiago Bufrem alerta:

*(...) a editora universitária tem sua vida, ela tem vida própria. Mas então, eu acho que é um absurdo, é inconcebível até-las assim: o que não for vendável tem que ser feito pela editora pública. Isso era dito, pelo menos na minha época, pelos grandes editores comerciais, Sérgio Lacerda foi um que e... ele rompeu com as editoras públicas e fez uma crítica severíssima, dizendo que o que as comerciais fazem muito bem. Então veja bem, isso é um absurdo, é uma distorção, porque ela*

*realmente pode ter o melhor a editar, ela deve editar o que há de mais, de ponta, de fundamental, de acadêmico, de valor, de capital cultural, de capital científico, ela tem que editar esse capital e não servir como complemento, alternativa, nada disso. Então a gente chega nessa questão, veja bem, e no fundo a CAPES não tem nada a ver com isso, se você pensar é uma questão de mercado que nos deixa sem... sem campo. (Entrevista com Leilah Santiago Bufren, Curitiba, 09/07/2013)*

Se a atuação no campo universitário fica por conta dos agentes e suas posturas, é, portanto, desses mesmos agentes que se deve partir a iniciativa de criação de políticas públicas que previnam não só a editora, como a universidade num todo, à total submissão das pressões externas, culminando na perda de sua autonomia, de seu campo.

A medida adotada pelo decreto-lei nº 5540, de 1968 (BUFREM, 2001), interfere até hoje por força de organismos federais de educação, leia-se, sobretudo, CAPES, na produção e autonomia dessas editoras, mostrando que hoje o discurso da universidade pública, sobretudo no que diz respeito à sua autonomia didático-pedagógica, está divorciado da prática. Já que *na prática* se submete aos ditames maiores do Governo Federal e suas diretrizes, que financia projetos e pontua programas de pós-graduação.

Basta um rápido olhar pelos catálogos para se observar o quanto EDUEL e EDUEM têm buscado atingir a qualidade, editando inclusive obras que vão ao encontro do pensamento e da cultura brasileiros, tanto em nível local e regional, quanto nacional. Porém, a falta de conscientização e de estímulo advindos de setores burocráticos das próprias universidades tem sido um dos maiores entraves para a expansão dos seus catálogos, sobretudo no

que toca ao entendimento do que significa, do ponto de vista estratégico, para a própria universidade, o possuir sua editora.

Atender ao que sugere ou poderia sugerir programas como o *Qualis Livro* da CAPES, conforme expõe Neide Maria Jardinette Zaninelli, pode trazer uma influência da competição no campo científico sobre as editoras, que pode estimulá-las a ter como política editorial a instrumentalização para o aumento do capital científico dos pesquisadores, grupos de pesquisa e até mesmo programas de pós-graduação.

Se a editora perseguir esse caminho provavelmente precisará fazer opções entre conquistar sua autonomia ou abrir mão dela, seja ela financeira ou de outro cunho, ou ainda escolher uma terceira via. É nesse momento que a editora universitária precisa optar por uma gestão profissionalizada ou continuar se mantendo sob o manto protetor da universidade que a patrocina, pois se não houver esse nível de decisão interno, nas universidades, suas editoras continuarão dependentes e sem condições de enfrentar os "gigantes" do mercado editorial e continuarão com dificuldades até de atender às normas acadêmicas e suas demandas.

Por isso mesmo as universidades públicas precisam analisar com frieza se é conveniente trocar os quadros de direção dessas editoras de quatro em quatro anos, quando da mudança do quadro administrativo e de gestão de cada uma das que possuem editoras próprias, conforme a política de cada novo reitor que as assuma, impedindo assim que essas editoras caminhem para uma efetiva profissionalização.

Na entrevista com Ruth Setoguti, e de certa maneira também com os outros entrevistados, há um discurso de que a editora pública universitária



deveria ser autossuficiente. Paire, entretanto, como conciliar essa “autossuficiência” à necessidade de se produzir obras para pesquisadores, de custo subsidiado e tiragem muito reduzida, que impedem essa autossuficiência, mas que de alguma forma representam contribuições para o meio acadêmico e a sociedade?

Dentro desse aspecto e visão, formular e estabelecer políticas públicas para as editoras universitárias públicas paranaenses é tarefa difícil, se antes não existir uma política editorial que norteie suas atividades. Uma vez que não está claro para elas o que significa “política editorial”, e se não se estabelece o que isso significa, com a plena clareza do conceito, cada uma toma caminhos que lhe parecem de acordo com o que consideram a práxis editorial, ou o bom senso do que seria ou deveria ser uma editora, sejam essas pretensões vindas das universidades, da CAPES, ou de outros órgãos de fomento e desenvolvimento, e é o que vem acontecendo no cotidiano de cada uma delas.

A dificuldade em entender o próprio conceito de “política editorial” torna quase impossível fortalecer o campo das editoras universitárias públicas paranaenses, e enquanto isso não acontecer, será improvável que essas editoras se norteiem, estabelecendo claramente, por meio desse norte, os meios de se organizarem, buscando a autossustentabilidade, tanto no aspecto econômico-financeiro quanto no acadêmico e científico.

Dessa forma as editoras se fortaleceriam, no que diz respeito ao campo por elas criado, mediante a clareza de saber exatamente o que é “política editorial”, para depois definir, cada uma, sua própria política e definir com mais assertividade o campo em que estão inseridas, até porque são elas os agentes da criação desse campo no Estado do Paraná. Portanto, formular e estabelecer

políticas públicas para as editoras universitárias públicas paranaenses é tarefa difícil, se antes não existir uma política editorial que norteie suas atividades.

O que se deve aqui ficar claro é que a política editorial está afeta a cada editora, já que está atrelada à autonomia, objetivos, possibilidades da instituição pública; enquanto que Política Pública de Estado inclui contextos mais abrangentes, tais como o desenvolvimento do pensamento local e nacional (sem descurar da verdadeira cultura e ciência universais). Isso implica afirmar que esta visa o planejamento e a promoção da inserção do Estado e do país no contexto universal de pleno direito de preservar a própria cultura e expandi-la em nível internacional, na troca mesma do que tudo isso representa, ampliando o campo de influência do Brasil em todos os foros de ação cultural e científica em nível de mundo, a qual, de forma nenhuma, deve ferir o direito inalienável de cada editora de preservar sua política editorial específica.

Uma vez que o Estado do Paraná não tem o conhecimento e a devida clareza em relação à realidade da universidade pública, quiçá da editora pública universitária paranaense, é necessário que a formulação de eventuais Políticas Públicas atente às necessidades emergentes nesse setor e que parta dela mesma, sem que o Estado desista de suas políticas macro para o setor, consubstanciadas em Políticas Públicas. Para que isso efetivamente ocorra, urge que se estenda à viabilização eficaz da comercialização de livros via instituições ou fundações de fomento de pesquisa científica em todo o território nacional, sanando o problema que diz respeito à distribuição e divulgação das obras editadas. Pois, além de não possuírem um sistema

próprio de distribuição dos livros, ambas (EDUEL e EDUEM), não possuem Nota Fiscal.

Esse é um entrave que, além de fiscal, é também de receita, pois as editoras ficam privadas de vender seus livros e os das respectivas livrarias, que possuem obras de inúmeras editoras nacionais e estrangeiras, a projetos subsidiados ou subvencionados por CAPES, CNPq, além de outros organismos nacionais e internacionais, porque todos eles exigem a comprovação de despesa através de Nota Fiscal.

Eis uma questão que precisa de solução urgente, pois é o governo impossibilitando a venda ao próprio governo, por impedido estar de viabilizar o expediente da Nota Fiscal, situação esta já superada por algumas editoras universitárias sediadas fora do Estado do Paraná, que já resolveram a questão e possuem suas devidas situações fiscais regularizadas e regulamentadas.

Não bastassem esses problemas, outros podem ser também elencados, tais como a deficiência crônica de recursos humanos, a produção do livro digital (já que as universidades, por suas próprias demandas, precisariam desenvolver uma política que viabilizasse a produção dessa nova mídia pelas suas editoras, através da criação de plataformas que atendam esse novo formato do livro). Além disso, urge uma conscientização tanto da área burocrática quanto da administração, que muitas vezes é influenciada pelos entraves burocráticos, financeiros e seus percalços, do que significa para uma universidade possuir uma editora e dela se valer. Isso implica saber qual o nível de grandeza e visão que esses setores possuem, pois o que faz a

grandeza de uma instituição e a destinação que a ela queiram dar é a grandeza daqueles que a conduzem.

Se uma universidade possuir ou desenvolver um projeto baseado numa política estrutural que queira ou pretenda implementar – e um projeto tanto pode estar ligado a desenvolver uma estrutura de poder, quanto de liberdade e autonomia, ou os dois ao mesmo tempo – inevitavelmente precisará de setores que sirvam de sustentáculo para isso. A estrutura de uma editora bem formada certamente serve a esse propósito, haja vista Cambridge e Oxford, que não seriam o que são se não possuíssem suas editoras.

Depois de definido isso dentro da universidade que sedia sua editora, é que vai se pensar no segundo objetivo, que é consequência lógica do primeiro, ou seja, a sustentabilidade financeira da editora. Pois no mundo capitalista, para o bem ou para o mal, só há uma forma de se manter uma instituição e os valores que ela dissemina: a venda dos seus produtos. Isso para a editora está consubstanciado no livro, seja ele físico ou virtual, mas o produto é o livro. É até aí que a ideia de produto deve ir, pois a alma do livro, o que o livro contém em informação, conteúdo e mensagem, vai muito além de ser um simples e “descartável” produto, nesse sentido, seu valor simbólico é que determina sua valia conceitual no seio mesmo da civilização em que ele é disseminado.

De qualquer forma é a venda do “produto” livro que dará sustentabilidade à editora dentro de um universo de economia capitalista. Nesse ponto EDUEL e EDUEM se têm mostrado muito competentes, tanto no quesito diagramação, quanto no de qualidade do visual em que os mesmos são apresentados. No entanto, em termos de sustentabilidade as duas ainda carecem do apoio das instituições universitárias que as mantêm.

Seria, portanto, de se supor que universidades como UEL e UEM, que vivem num universo de cultura capitalista e cobram taxas de inscrição de vestibular, de concursos públicos, mensalidades de cursos de pós-graduação *lato sensu* entre outras, o que as impedem de resolver o problema de emissão de Nota Fiscal de suas editoras junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná? Isso beneficiaria toda a cadeia, tendo como consequência o fortalecimento do campo universitário paranaense e seu respectivo campo editorial, no que toca a sua autonomia financeira, aliviando as universidades e o próprio Estado dessa rubrica orçamentária, que já é prática junto às três grandes editoras universitárias públicas paulistas, isto é, EDUSP, Editora da UNICAMP e Editora da UNESP.

Assim sendo, sugerem-se iniciativas de Políticas Públicas para as editoras universitárias do Paraná: 1) formação de comissões entre as editoras universitárias do Estado, que dialoguem com a CAPES, para a elaboração de um *qualis livro*, respeitadas as realidades de cada região; 2) reivindicação de que a Fundação Araucária continue financiando livros de interesse cultural e acadêmico, porém oferecendo às editoras a possibilidade de comercializá-los; 3) desenvolvimento de projetos governamentais que ofereçam linhas de fomento que permitam a efetivação de políticas públicas em que as editoras paranaenses possam se tornar financeiramente independentes<sup>15</sup>; 4) políticas públicas que instrumentalizem o financiamento estatal, junto ao BNDES e congêneres, dentro e fora do Estado do Paraná (a custo zero), para as editoras universitárias do Paraná (uma vez que elas produzem a cultura e o

---

<sup>15</sup> Cite-se como por exemplo a equalização da questão fiscal, permitindo a abertura de inúmeras livrarias no Estado e fora dele, em forma de fundação ou não, além de uma distribuidora específica que atenda a todas as editoras universitárias paranaenses, fazendo com que as obras circulem por todo o território nacional e fora dele, que por via de regra poderia gerar receita em grande escala para o Estado do Paraná.

conhecimento científico oriundo de diversas regiões do Estado e do país); 5) pesquisar e desenvolver plataformas condizentes com a evolução do mercado de **e-books**, que poderia resolver, em muitos casos, o problema de acesso a livros de pequena tiragem ou esgotados, além de ser uma nova mídia a ser explorada em nível de gestão competente e solidária com a tarefa de um Estado que preferencialmente deveria visar pelo bem comum, sobretudo num país de dimensões continentais como é o Brasil; 6) investir a título de Política Pública de Estado, junto à Escola de Governo e congêneres, em cursos específicos para a real profissionalização dos quadros das editoras públicas paranaenses, no arcabouço mesmo do que tudo isso representa, e do que aqui foi na íntegra abordado por esta dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS

ALEGRO, Regina Célia et al. (Orgs.). *Temas e questões para o ensino de História do Paraná*. Londrina: Eduel, 2013. (livro eletrônico).

AMORIM, Galeno (Org.). et al. *Políticas públicas do livro e leitura*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. (Tradução Maria Lucia Machado). *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas* - Pierre Bordieu. (Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim). São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução* - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. São Paulo: Francisco Alves, ??????? (Série Educação em Questão).

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: Edusp. 2001.

\_\_\_\_\_. Política editorial universitária por uma crítica à prática. In: *Perspectivas em ciência da informação*, v. 14, n. 1, belo Horizonte, jan./abr., 2009.

\_\_\_\_\_. Edição universitária no Brasil. In: *Edición univesitária en america Latina: debates, retos, experiencias*. MENDES, João Carlos Canossa; RESTREPO, Juan Felipe Córdoba (editores). Bogotá: Editorial universidad del Rosario, 2011.

\_\_\_\_\_. Práticas editoriais e o ensino superior no Brasil. In: *Verbo*, n.4, ago., 2008.

CADERNOS Estatísticos dos Municípios paranaenses. IPARDES, set. 2013.

CAPURRO, Rafael. Perspectivas de una cultura digital en Latinoamerica, *Data Grama Zero*, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, abr. 2002.

CHARTIER, Roger. *Bordieu e a história*. Debate com José Sérgio Leite Lopes, 17 ago. 2004.

GUTIERRE, Jézio Hernani Bomfim. A 'Revolução' dos E-Books. *Verbo-ABEU*, São Paulo, n. 6, p. 28-29, ago. 2010.

GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. **EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**: uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural? São Paulo: Perspectiva, v.14, n.1., Jan./Mar., 2000.

LEITURA na universidade e o livro digital, na pauta dos editores universitários. *Verbo-ABEU*, São Paulo, n. 6, p. 10-11, ago. 2010.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores?* – Política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*: História do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARQUES NETO, José Castilho. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores, *Interface*: comunicação, saúde, educação, v.4, n.7, ago. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832000000200025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000200025)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

NASCIMENTO, Carina Cristina do. *Editoras universitárias e as novas oportunidades de comunicação*. São Paulo: USP, 2009. 189 f. (Dissertação de mestrado).

PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). *A formação do leitor*: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

TAVARES, Vitor. EU, também, não acredito no fim do livro. *Verbo-ABEU*, São Paulo, n. 6, p. 24-26, ago. 2010.

ROSA, F. G. M. G.; ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

SOUZA, Mário José de. *Políticas públicas para o campo científico: um estudo sobre o fundo Paraná de Ciência e Tecnologia*. Maringá: UEM, 2012. 103 f. (Dissertação de mestrado).